



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO**  
**GRADUAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR EM TURISMO**

JÉSSICA E. DE SOUSA MENDONÇA

**TURISMO E IDENTIDADE: PATRIMÔNIOS DE MEMÓRIA ESQUECIDOS DO**  
**DISTRITO FEDERAL**

Orientadora: Professora Me. Lívia Cristina Barros da Silva Wiesinieski

Brasília – DF

2019



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO**  
**GRADUAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR EM TURISMO**

JÉSSICA E. DE SOUSA MENDONÇA

**TURISMO E IDENTIDADE: PATRIMÔNIOS DE MEMÓRIA ESQUECIDOS DO**  
**DISTRITO FEDERAL**

Monografia apresentada ao Bacharelado em Turismo da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Turismo.

Orientadora: Professora Me. Lívia Cristina Barros da Silva Wiesinieski

Brasília – DF

2019

Mendonça, Jéssica Ellen de Sousa

Turismo e Identidade: espaços de memória esquecidos  
do Distrito Federal/ Jéssica Ellen de Sousa Mendonça; orientador  
(a): Livia Cristina Barros da Silva Wiesinieski -- Brasília, 2019.

57 p.

Monografia (Graduação – Turismo) --  
Universidade de Brasília, 2019.

1. Turismo. 2. Memória e  
Identidade 3. Espaços de memória do DF.

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO**  
**GRADUAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR EM TURISMO**

Monografia apresentada ao Centro de Excelência em Turismo – CET, da Universidade de Brasília – UnB, como requisito parcial à obtenção do grau de bacharel em turismo.

**TURISMO E IDENTIDADE: PATRIMÔNIOS DE MEMÓRIA ESQUECIDOS DO  
DISTRITO FEDERAL**

JÉSSICA E. DE SOUSA MENDONÇA

Avaliado por: \_\_\_\_\_

Prof.<sup>a</sup> Me. Lívia Cristina Barros da Silva Wiesinieski (Orientadora)

CET/UnB

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>

CET/UnB

---

Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup>

CET/UnB

---

Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup>

Suplente

CET/UnB

**Brasília, novembro de 2019.**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, Joyce Alves e Marcelo Mendonça, pela oportunidade da vida. Principalmente à minha mãe, que por muito tempo fez o papel de mãe e pai, e esteve sempre ao meu lado, ajudando-me no que fosse necessário. Portanto, a ela eu dedico minha total gratidão e amor, por ter estado sempre comigo durante toda minha vida e na jornada acadêmica durante todos esses anos, apoiando-me e não permitindo que eu desistisse.

Agradeço ao meu avô, José Alves, a quem carinhosamente chamo de pai, pois sempre esteve por perto para dar apoio, acompanhou meu crescimento e evolução como ser humano e durante o processo de pesquisa e formulação do TCC me ajudou de várias maneiras, com dicas e instrução para que eu pudesse fazer este trabalho da melhor maneira possível.

Agradeço a todos os professores da Universidade de Brasília com quem pude ter a honra de ser aluna, principalmente aos do Centro de Excelência em Turismo, pois por eles criei um carinho e mais vigorosamente à minha orientadora, Lívia Cristina Barros da Silva Wiesinieski, que esteve ao meu lado desde o início da pesquisa, apoiando-me e expressando palavras de força e persistência, sempre respeitando meu tempo e minhas decisões com muita sabedoria.

Agradeço ao meu namorado, Lucas Tarouco, por também me dar forças para eu não desanimar nesta fase, por acreditar em mim e estar sempre ao meu lado, além de colaborar na pesquisa, acompanhando-me nas visitas aos espaços para tirar as fotos incluídas no trabalho. E, não menos importante, agradeço enormemente aos meus amigos do turismo, Carolina Tarouco, Luca Brisola, João Victor Borges, Bárbara Sousa e Evelyn Carolina, pois, apesar de não estarmos juntos durante toda a graduação, foram essenciais em determinados momentos dela, sempre expressando palavras de incentivo. Guardo cada um no coração.

À minhas amigas, Thania Possebon e Juliana Ferreira, por todo apoio durante essa fase e por estarem sempre ao meu lado, a motivação dada por elas também foi essencial para eu seguir persistindo antes e durante a graduação.

Agradeço a todos que, de alguma maneira, colaboraram com este trabalho.

## RESUMO

O Distrito Federal em sua totalidade é um cenário diverso de manifestações identitárias que não se limitam ao que se vê no centro de Brasília ou Plano Piloto. Porém, o que foge deste centro nem sempre é visto ou reconhecido e conseqüentemente nem sempre é valorizado, seja pelos próprios moradores seja para quem vem visitar a capital, podendo ser em decorrência do desmazelo e desinteresse dos órgãos públicos responsáveis. O presente trabalho visa compreender os principais problemas enfrentados pelo Museu Vivo da Memória Candanga (Núcleo Bandeirante), pelo Museu do Catetinho (Gama) e pela Fazenda Velha (Sobradinho) com base em seu valor de memória e identidade para a comunidade do Distrito Federal e para os gestores destes espaços, identificando se tal valor está agregado à gestão. Além disso, tem o intuito de entender se a dinâmica de valorização e conservação dos espaços está atrelada exclusivamente ao fenômeno turístico e ao fluxo de visitantes. Estes espaços foram escolhidos com base em sua relação com a construção de Brasília, identificando, assim, se essa referência simbólica agrega na sua conservação, mesmo não se encontrando no centro de Brasília. A pesquisa foi traçada a partir de uma metodologia baseada na análise quanti-qualitativa, com aplicação de entrevistas e questionário que possibilitaram compreender a percepção da comunidade do Distrito Federal e a dos gestores, buscando uma discussão acerca dos espaços identificados com relevância identitária e de memória, estabelecidos como patrimônios materiais culturais (sejam eles institucionalizados ou não) e sua relação com o turismo. Como resultado, constatou-se que de fato há a desvalorização e ‘esquecimento’. Verificou-se também, por parte da gestão, algumas falhas com relação à manutenção, promoção e incentivos associados direta ou indiretamente à falta de autonomia dos gestores de cada um destes espaços.

**Palavras-chaves:** Espaços de memória. Turismo Cultural. Identidade. Patrimônio Material.

## **ABSTRACT**

The Federal District, in its entirety, is a diverse scenario of identity manifestations that are not limited to what is seen in downtown Brasília or Plano Piloto. However, what escapes this center is not always seen or recognized and, consequently, it isn't always valued, whether by the residents themselves or for those who come to visit the capital, due to the sloth and disinterest of the responsible public organizations. The present work aims to understand the main problems faced by the Live Museum of Memory Candanga (Núcleo Bandeirante), Catetinho Museum (Gama) and Fazenda Velha (Sobradinho) based on their values of memory and identity for the community of Federal District and for the managers of these spaces, identifying whether this value is added to the management. Besides, it aims to understand whether the dynamics of valuing and conserving spaces is tied exclusively to the tourist phenomenon and the flow of visitors. These spaces were chosen based on their relationship with Brasilia's construction, thus identifying whether this symbolic reference contributes to their conservation, even if they are not in the center of Brasilia. The research was motivated on a methodology based on quantitative and qualitative analysis, with the application of interviews and a questionnaire that made it possible to understand the perception of Federal District community and the managers, seeking a discussion about the spaces identified with identity and memory relevance, established as material cultural heritage (whether institutionalized or not) and its relationship with tourism. As a result, it was found that, in fact, there is devaluation and “ forgetting ”. There were also, on the management's side, some flaws with respect to maintenance, promotion, and incentives associated directly or indirectly with the lack of autonomy of the managers of each of these spaces.

**Keywords:** Memory spaces. Cultural Tourism. Identity. Material Heritage.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – MVMC – HJKO	39
<b>Figura 2</b> – MVMC – Instalações	40
<b>Figura 3</b> – MVMC – Fachada da exposição principal	41
<b>Figura 4</b> – MVMC – Detalhes de uma das estruturas do Museu	42
<b>Figura 5</b> – MVMC – Vias pintadas e sinalizadas	43
<b>Figura 6</b> – Catetinho – Placa JK	44
<b>Figura 7</b> – Catetinho – Fachada da estrutura principal	44
<b>Figura 8</b> – Catetinho – Placa “olho d’água”	45
<b>Figura 9</b> – Catetinho – Fachada da estrutura principal	46
<b>Figura 10</b> – Fazenda Velha	47

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Espaços de memória visitados	49
<b>Gráfico 2</b> – Espaços em estudo exercem relevância na memória e identidade?	50
<b>Gráfico 3</b> – Estímulo ao turismo contribui para a conservação da identidade de uma comunidade?	50
<b>Gráfico 4</b> – Espaços em estudo são considerados esquecidos (manutenção, promoção e incentivos)?	51

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CET – Centro de Excelência em Turismo

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo

JK – Juscelino Kubitschek

HJKO – Hospital Juscelino Kubitschek

R.A. – Região Administrativa

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

PPCM – Política de Patrimônio Cultural Material

GDF – Governo do Distrito Federal

MVMC – Museu Vivo da Memória Candanga

DF – Distrito Federal

CF/88 – Constituição Federal de 1988

FAC – Fundo de Apoio à Cultura do Distrito Federal

SUPAC – Subsecretaria do Patrimônio Cultural

UnB – Universidade de Brasília

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – Identidade e Memória	17
1.1 – Definições de memória e memória coletiva	17
1.2 – A construção da identidade	19
CAPÍTULO 2 – Patrimônio e Turismo	24
2.1 – Turismo e Território	25
2.2 – Patrimônio Cultural Material	29
2.3 – Cultura e Turismo Cultural	32
CAPÍTULO 3 – Brasília e os espaços de memória	37
3.1 – Museu Vivo da Memória Candanga	39
3.2 – Catetinho	43
3.3 – Fazenda Velha	46
CAPÍTULO 4 – Análise de resultados	48
4.1 – Questionário aplicado aos moradores do DF	48
4.2 – Entrevista aos gestores	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS	59
APÊNDICE	62

## INTRODUÇÃO

Localizado no centro-oeste, o Distrito Federal divide-se em 31 Regiões Administrativas e várias delas foram criadas no cenário da construção de Brasília e culturalmente, cada região possui características que as diferem umas das outras. Por outro lado, as manifestações culturais que se distanciam da capital federal não têm seu devido reconhecimento pelo fato de o imaginário ter se constituído na imagem de Brasília como o Plano Piloto.

Dentre os segmentos turísticos mais significativos no Distrito Federal, encontra-se o turismo histórico e cultural. Mas, segundo dados do Observatório do Turismo do DF, o turismo cívico e o turismo de negócios e eventos são os mais praticados e se canalizam principalmente em Brasília, onde os monumentos mais visitados estão localizados. Por isso, é fundamental que se invista mais em cultura, tanto na capital quanto no entorno para que o visitante se sinta atraído por outros setores e amplie os horizontes à lugares que saiam desta região dominante.

O presente trabalho abordará determinados patrimônios de memória que por algum motivo não têm atribuídos a eles a mesma importância dada a outros espaços, principalmente os localizados no centro de Brasília. O foco será dado aos situados nas outras Regiões Administrativas do Distrito Federal, como é o caso do Museu Vivo da Memória Candanga, do Catetinho e da Fazenda Velha, buscando entender os principais problemas enfrentados por estes lugares, tendo em vista seu valor de memória e identidade para a sociedade a que eles pertencem.

Os lugares escolhidos devem-se a sua relevância durante à construção da capital federal. O Museu Vivo da Memória Candanga, localizado entre o Núcleo Bandeirante e a Candangolândia nesta época foi ocupado como o Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira (HJKO) – primeiro hospital do Distrito Federal – e posteriormente se tornou o Museu (1990). Seu acervo é composto pelas edificações históricas, peças, objetos e fotos da época da construção da nova capital, além de contar com oficinas e programas que promovem integração com a comunidade. Em 2020 completará 30 anos.

O Museu do Catetinho foi um projeto de Oscar Niemeyer, construído em apenas dez dias, em 1956, para ser a primeira residência oficial do Presidente Juscelino Kubitschek. Conhecido na época como o “Palácio de Tábuas”, é atualmente um museu com referências da

época, que contém, além do mobiliário original, outros itens do período da construção de Brasília.

Situada em Sobradinho, a Fazenda Velha é uma das edificações mais antigas do DF, cuja Casa Sede foi construída em 1884, já passou por restauração e reconhecimento pelo Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal. A construção pertenceu a Hasthimphilo de Moura, membro da Comissão Exploradora do Planalto Central, chefiada por Luiz Cruls, presidente do Observatório Nacional, cuja missão tinha como objetivo explorar o Planalto Central e demarcar a área onde seria construída a nova capital do Brasil, a qual durou cerca de dois anos (1892-1894). A área delimitada ficou conhecida como “Quadrilátero Cruls”, iniciando assim uma série de momentos históricos.

O espaço geográfico que corresponde à área do Roteiro da Missão Cruls, mostra através de sua história, variadas possibilidades capazes de propiciar o desenvolvimento do turismo. “De fato uma das estratégias possíveis para motivar sustentabilidade e fomentar o desenvolvimento endógeno dos territórios é o turismo, nomeadamente, o turismo interpretativo e cultural” (Souza e Pedrosa, 2016, p. 131). A área do Roteiro compreende tanto uma diversidade de patrimônio histórico cultural quanto de patrimônio natural, como parques e áreas de conservação ambiental.

Tendo em vista a representatividade destes espaços na história do Distrito Federal, é importante entender se eles são reconhecidos como elementos de identificação da comunidade com as cidades onde eles estão dispostos e principalmente, se os cidadãos exercem o direito ao acesso e interação nesses locais de manifestação cultural, de forma a estabelecer essa relação de identidade e pertencimento, pois, não são todos os que vivem nas cidades e usufruem igualmente desse direito e, no campo social as cidades precisam ser mais democráticas no seu espaço, de forma a promover a interação em vez da segregação Andrade (2009). No entanto, a desvalorização destes espaços pode acarretar em um distanciamento da sociedade com os elementos de memória, tornando-os cada vez mais negligenciados.

Estes espaços de memória que estão sendo referenciados exercem uma importância na construção de identidade da comunidade, pois esta adquire valor de referência e sentimento de pertença. O espaço é um lugar de vivências e construção relacional, pois depende do reconhecimento do outro, dos comportamentos e formas de apropriação dos lugares (Santos, 2012).

Etimologicamente, identidade refere-se ao conjunto de características que distinguem uma pessoa ou uma coisa e por meio das quais é possível individualizá-la. Neste caso, distinguem uma sociedade, pois constituem valor identitário e simbólico dos patrimônios abordados para

as comunidades das RAs do Distrito Federal. A identidade, portanto, nada mais é que a consequência de pertencer a um grupo ou comunidade culturalmente homogênea e socialmente definida (MARTINS, 2003).

Existe no DF uma tendência ao destaque e à promoção predominantemente dos espaços localizados no centro de Brasília, baseando-se no processo de turistificação “cujo embasamento está na balança comercial, aliadas ao processo de banalização e esvaziamento dos lugares, diante dos conflitos de uso e relações de poder” (SANTOS, 2012, p. 234), ou seja, as Regiões Administrativas situadas longe da capital federal não gozam do interesse da indústria do turismo e conseqüentemente ficam à deriva e à margem desse sistema de fomento à identidade e cultura.

O fenômeno turístico exerce influência na cadeia identitária de uma comunidade, quando desperta a valorização e reconhecimento desta. Portanto, a problemática está na desvalorização dos espaços de memória das Regiões Administrativas que se distanciam do “centro turístico de Brasília”, em que a relevância dos atrativos é fomentada pelo número de turistas que estes alcançam e não pela importância que eles exercem na identidade e memória das comunidades.

Com base no que foi apresentado, o objetivo geral deste trabalho é analisar os principais problemas enfrentados por esses patrimônios, haja vista seu valor de memória e identidade para a sociedade brasileira, a quem eles pertencem. E entre os objetivos específicos estão: identificar quais são as principais limitações e potencialidades desses patrimônios de memória; levantar informações sobre a gestão dos patrimônios, o fluxo de visitantes e as ações voltadas à manutenção, promoção e incentivos; e entender a importância identitária desses espaços para a comunidade e para os gestores.

Este trabalho está ordenado da seguinte maneira: o primeiro capítulo abordará as definições de memória, e os modos como a memória coletiva é construída, a construção da identidade e a relação entre estes dois conceitos. O segundo capítulo fará uma abordagem sobre patrimônio e turismo, como este último se utiliza do território e do espaço urbano, e a forma que o patrimônio material cultural está inserido no contexto do turismo e o segmento trabalhado a partir da temática proposta. O terceiro capítulo tratará de Brasília, da forma como sua construção influenciou no imaginário das pessoas e abordará uma breve exposição sobre cada um dos três espaços analisados, além de dados sobre o fluxo de visitantes, entre outras informações. O quarto capítulo trará a análise dos resultados, tanto do questionário aplicado aos moradores do DF quanto das entrevistas aplicadas aos gestores. E por fim, as

considerações finais, que contará com as reflexões feitas a partir da retomada dos objetivos relacionando-os aos resultados obtidos com a pesquisa.

Esta será sistematizada com base em uma metodologia mista, ou seja, será utilizado mais de um método para a construção do conhecimento. A metodologia, nada mais é que “a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observados para construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade” (PRODANOV E FREITAS, 2013). Ela vai se basear em pesquisa bibliográfica, investigada a partir de materiais já publicados (livros, revistas, artigos científicos, teses etc.) a fim de criar uma organização lógica do problema. Além disso, haverá aplicação de entrevista junto aos gestores dos patrimônios escolhidos e questionário para a comunidade do Distrito Federal para entender a relevância identitária desses.

Terá, portanto, um caráter quali-quantitativo, em que o processo quantitativo infere-se da “formulação de hipóteses e classificação da relação entre as variáveis para garantir a precisão dos resultados, evitando contradições no processo de análise e interpretação”. Enquanto no processo qualitativo, “os dados coletados são descritivos, preocupa-se muito mais com o processo do que com o produto. Na análise dos dados coletados, não há preocupação em comprovar hipóteses previamente estabelecidas, porém estas não eliminam a existência de um quadro teórico que direcione a coleta, a análise e a interpretação dos dados”. (PRODANOV E FREITAS, 2013).

Além do estudo teórico da bibliografia, o método qualitativo irá se basear na técnica de entrevista com os gestores de cada um dos espaços abordados (MVMC, Catetinho e Fazenda Velha), em que eles darão suas manifestações e experiências relacionadas à gestão. Esta técnica consistiu em uma comunicação verbal pessoal e gravação (com o auxílio do gravador) com prévia autorização de cada um dos entrevistados, nos seus respectivos locais de trabalho. As perguntas foram previamente formuladas, porém os entrevistados eram livres para responder a seu modo, dando oportunidade para outras perguntas abertas e pertinentes aos temas abordados, sendo estabelecida assim, uma entrevista semiestruturada. “Nesta modalidade, tem-se preparadas as perguntas com alternativas pré-definidas e são combinadas com perguntas abertas, onde o entrevistado responde com liberdade” (ALVARENGA, 2014, p. 90).

O método quantitativo contará com o emprego de questionário, com onze perguntas formuladas, sendo dez questões fechadas ordenadas e padronizadas para todos e uma aberta, feitas através do Google Formulários. Será respondido via internet, ou seja, a sua aplicação será por meio de mídias sociais (principalmente Facebook). Sendo assim, esta técnica não

necessitará de um espaço físico para realização da pesquisa. Os critérios de inclusão para responder ao questionário são moradores do Distrito Federal, que tenham, preferencialmente, alguma relação com o Turismo (estudantes de Turismo) com idades a partir de 18 anos.

A entrevista sofreu algumas limitações, pois não foi possível aplicá-la para todos os gestores. A proprietária da Fazenda Velha apresentou algumas dificuldades em marcar um encontro presencial, mesmo com vários contatos feitos por parte da pesquisadora. Uma alternativa lhe foi dada, em que ela poderia responder às perguntas por e-mail e mesmo em concordância, não houve retorno. Portanto, foram retiradas algumas informações deste espaço por meio de outro trabalho realizado na Fazenda Velha em 2015.

# 1 Identidade e Memória

## 1.1 Definição de memória e memória coletiva

Para se entender a associação entre memória e identidade, é imprescindível reconhecer que estas estão intimamente relacionadas, sendo a identidade representação da memória, que remonta aos elementos do passado que, de certa forma, simbolizam determinadas características da sociedade no presente. Isso se dá, muitas vezes por representações – materiais ou imateriais. É relevante destacar que a memória se refere à faculdade de conservar os acontecimentos, e, no caso deste trabalho, será explanada a memória coletiva como uma construção da identidade por meios das representações patrimoniais.

À essência disso, explica Candau “a memória é necessariamente anterior em relação à identidade – essa última não é mais do que uma representação ou um estado adquirido, enquanto que a memória é uma faculdade presente desde o nascimento e a aparição da espécie humana” (2018, p.19).

É a partir dos aspectos individuais que o ser humano desenvolve o estado coletivo, a partir do compartilhamento de práticas, representações, crenças, determinando assim, a culturas que distinguem as sociedades. No entanto, a memória não é um fenômeno excepcionalmente individual, como Maurice Halbwachs já havia explicitado; a memória tem que ser entendida também, ou, sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, quer dizer, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes. E, em sua análise de memória coletiva, enfatiza a força dos distintos pontos de referência que estruturam a memória e a incorporam na memória da coletividade.

Assim, seguindo o conceito de Candau, a memória coletiva:

Segue as leis das memórias individuais que, permanentemente, mais ou menos influenciada pelos marcos de pensamento e experiência da sociedade global, se reúnem e se dividem, se encontram e se perdem, se separam e se confundem, se aproximam e se distanciam, múltiplas combinações que formam, assim, configurações memoriais mais ou menos estáveis, duráveis e homogêneas (CANDAUI, 2018, p. 49).

Pode-se dizer, então, que a memória coletiva é uma representação, uma expressão de integrantes de uma comunidade, produzida de acordo com a memória possivelmente comum a estes integrantes, que envolve além de outras coisas, um compartilhamento de significações, quais sejam, saberes, conhecimentos, representações, crenças etc.

Dentro dos elementos característicos da memória, tanto individual quanto coletiva, estão os acontecimentos vividos pessoalmente, os vividos pela coletividade em que existe o sentimento de pertencimento das pessoas – os quais podem ser vividos ou simplesmente transmitidos -, além disso, constituem a memória as pessoas, personagens – que não pertencem necessariamente ao espaço-tempo atual de uma sociedade -, e os lugares (lugares de memória, que marcam a infância, ligados à lembranças). E todos esses, de acordo com uma citação feita pela Revista Estudos Históricos de Michael Pollak (1992), podem dizer respeito a acontecimentos, personagens e lugares reais, empiricamente fundados em fatos concretos, assim como também pode se tratar da projeção de outros eventos.

No entanto, entendendo que a memória é seletiva – já que nem tudo fica registrado – e em parte é herdada, pode-se dizer que ela é um fenômeno construído – social e individualmente, visto que, todo aquele que recorda condiciona o passado e, sobretudo, dele se apropria, incorpora e dispõe sua marca em uma espécie de “selo memorial” atuando como expressivo da identidade (CANDAU, 2018). Dessa forma, segundo Rocha (1992), a qual discorre acerca da obra de Michael Pollak, a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, assim como é, também, um fator importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.

A memória coletiva, para Nora (1993, p. 9), representa:

[...] a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações.

Entende-se, deste modo, que a memória é o que molda e fortalece a identidade de um povo – coletivamente – e em nível individual. É no âmbito dos espaços de memória que se consegue captar a dialética da memória e da identidade, em que estas “se nutrem, se conjugam mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa. Ao final, resta apenas o esquecimento” (CANDAU, 2018, p. 16).

Assim sendo, a memória não pode ser entendida apenas como uma busca de conhecimento sobre o passado, considerando a reconstituição deste passado. Ela deve ser entendida como “um processo dinâmico da própria memorização, o que estará ligado à questão da identidade” (SANTOS, 2004, p. 59). Pois é desta forma, memorizada, que a memória não se deixa cair no esquecimento e vai sendo manifestada.

## **1.2 A construção da identidade**

A identidade de um lugar é carregada de representações e símbolos obtidos da relação espaço/tempo, a partir dos quais os indivíduos de um determinado grupo/comunidade se reconhecem e se diferenciam de outros grupos. Isso se torna uma motivação para pessoas diferentes que não se identificam com determinadas manifestações culturais conhecerem e buscarem a alteridade – o homem na sua vertente social buscando a interação com o outro.

Considerando que os espaços referidos neste trabalho, e que serão descritos no terceiro capítulo, são espaços de memória constituintes de acontecimentos do passado e carregados de história e cultura, eles se diferenciam por traços comuns e evidências concretas que afirmam sua identidade.

Deste modo, infere-se que sem memória não existe identidade, sendo a primeira o combustível que mantém a segunda, pois consolida o sentimento identitário de uma comunidade. À vista disto, de uma maneira bem rasa, identidade pode ser considerada o elemento diferenciador entre uma sociedade e outra, ou o que assemelha um indivíduo a outro, o que unifica, o que faz pertencer.

E essa se faz através de representações, que terão como foco os espaços, os quais podem ser exemplificados como:

Elementos fundamentais da identificação dos cidadãos com as cidades, seja nos seus espaços públicos, nos espaços do bairro ou mesmo nas suas moradias. Na construção da nossa identidade vários sentidos desempenham o papel de nos ligar às pessoas, às coisas e aos acontecimentos, mas o espaço é um dos principais. (ANDRADE, 2009, p. 3)

Como citado anteriormente, a identidade simboliza o elemento que identifica um indivíduo a outro e traz o sentimento de pertencimento dentro de uma determinada sociedade, mas, para além disso, identidade traduz uma construção social, muitas vezes por meio da memória, tendo como base que toda e qualquer identidade é construída. Ou, por outra

perspectiva, tem-se a memória como uma reconstrução que se mantém sempre atualizada do passado, ou seja, a memória vai muito além da instituição autêntica do que passou.

A memória como um componente substancial para a formação da identidade contribui ainda para o desenvolvimento da cidadania e para a apropriação de determinado grupo dos valores culturais, sociais e históricos. Para Santos, “a definição da própria identidade cultural implica em distinguir os princípios, os valores e os traços que a marcam, não apenas em relação a si própria, mas frente a outras culturas, povos ou comunidades” (2004, p. 60).

Uma reafirmação de que a identidade é um processo memorial é trazida por Isac Chiva citado por Joel Candau ao estabelecer identidade como “a capacidade que cada um tem de permanecer consciente de sua vida através das mudanças, crises e rupturas” (2018, p. 16). De fato, o esquema da memória que vem constituir a identidade é obrigatoriamente feito de lembranças e esquecimentos. Ademais, não existe busca identitária sem memória, e, ao contrário, a caçada memorial sempre está acompanhada de um sentimento de identidade, ao menos individualmente.

No caso em questão, tratar-se-á da identidade em âmbito coletivo ou cultural, inclinada à representação. Esta pode estar traduzida em forma de objeto patrimonial, o qual é preciso conservar, reparar ou enaltecer, é sempre retratado como um símbolo/marco, dentre outros da identidade que representa um grupo. No entanto, conforme declarou Joel Candau em seu livro “Memória e identidade”:

(...) parece-nos abusivo utilizar as expressões “identidade cultural” ou “identidade coletiva” para designar um suposto estado de um grupo inteiro quando apenas uma maioria dos membros desse grupo compartilha o estado considerado... descarto a possibilidade de que todos os membros do grupo compartilhem esse estado (...) (CANDAU, 2018, p. 26).

Invariavelmente, as identidades não são fundadas de acordo com um agrupamento imutável e objetivamente definível de atributos culturais, mas sim, são criadas e se transformam no quadro das relações, interações num contexto social, em que surgem os sentimentos de pertencimento, de identidade compartilhada e comum a um grupo, que se reconhece, de certo modo, a uma memória coletiva.

Apesar deste trabalho se tratar de espaços de memória representativos a um determinado grupo, é considerável que se aponte que a existência de atos que traduzem a memória coletiva não é o bastante para afirmar a realidade de uma memória coletiva. Quer dizer, esse grupo pode compartilhar dos mesmos marcos memoriais sem compartilhar das mesmas representações do passado. Conforme observou Candau com uma citação de

Frederik Barth, “nada indica que duas pessoas produzam a mesma interpretação do mesmo acontecimento” (2018, p. 36).

E ainda que haja consciência a respeito da complexidade do processo memorial, da presença do passado no presente poder ser, em termos, variável e passível de interpretações diversas; recordar é fundamental, para que, pelo menos, as pessoas pertencentes a um grupo – ou mesmo que individualmente – não se tornem seres vazios de memória.

Diante da discussão sobre o processo identitário a partir de a memória coletiva constituir variabilidade, Santos menciona o lugar de identidade, como “aquele que se articula ao ir, sentir e assimilar, que não se torna obsoleto, mas assume uma nova forma ou configuração para acompanhar a sua época sem perder sua essência” (2012, p. 243).

A identidade traduzida em um senso de pertença atribuí ao grupo, por um lado, a percepção de seu direito à cidade, em que “se assume o caráter positivo da reivindicação legítima de indivíduos que vivem num conjunto cada vez mais socializado, e exigem do pacto social os recursos institucionais necessários ao seu desabrochar, ou seja, à sua emancipação” (ANSAY E SCHOONBRODT, 1989:38-45; LEFEBVRE, 1969). E por outro, gera uma tomada de consciência social, que configura algumas manifestações culturais próprias.

Nesse sentido, a identidade se estrutura dentro de um mecanismo que envolve a consciência de si mesmo e o reconhecimento do outro (BETTIO, 2000). Para este autor, ela é um processo em constante movimento, fazendo com que o indivíduo reconheça a si mesmo como parte de uma identidade coletiva, determinando uma relação essencial entre ele e seu grupo. Ainda com base nesse raciocínio, Ribeiro ratifica esta informação dizendo:

A identidade de um povo é o resultado da identidade individual e coletiva estabelecidas pelos membros de uma mesma comunidade. Desta forma (...) chegam a ser uma gente só, que se reconhece como igual em alguma coisa tão substancial que anula suas diferenças e os opõe a todas as outras gentes. Dentro do novo agrupamento, cada membro, como pessoa, permanece inconfundível, mas passa a incluir sua pertença a certa identidade coletiva (RIBEIRO, 1995, p. 131).

A construção da identidade se dá, portanto, através de atores sociais, nos quais o processo se baseia para a elaboração de significados fundamentados por um conjunto de atributos culturais inter-relacionados que prevalecem sobre outras fontes de significado. Essa significação é sustentada, portanto, em função de tendências sociais e manifestações culturais enraizadas, bem como pela relação tempo/espaço. Dentro de uma comunidade, pode haver variadas identidades. É importante entender que os indivíduos ou atores sociais são os agentes principais na intervenção do processo identitário a partir do arranjo ou rearranjo memorial.

A construção da identidade ocorre sempre em uma situação marcada por relações de poder, uma diferenciação em três formas e origens da construção de identidades (Castells, 2018), sendo estas:

1. Identidade legitimadora, a qual é introduzida pelas instituições dominantes da sociedade na intenção de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais.
2. Identidade de resistência, que é criada por atores que se encontram em posições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, desta maneira, barreiras de resistência e sobrevivência.
3. Identidade de projeto, em que os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda estrutura social (CASTELLS, 2018, p. 55 e 56).

Para Santos (1994), a construção da identidade não é estável, pois ela surge de processos que os indivíduos experimentam ao longo do tempo, por vezes sendo reinventada e renegociada. Compreende-se que as sociedades fundem e reproduzem sua identidade através do apego ao seu passado histórico, visto que essas são resultados de processos mitológicos e históricos de contextualização e releitura de identidades culturais ao longo do tempo.

Na descrição do processo de construção da identidade – quer seja individual quer seja coletiva, leva-se em consideração aspectos da literatura da psicologia social, quais sejam: a unidade física, que quer dizer o sentimento de ter fronteiras físicas; a continuidade dentro do tempo, no sentido físico, moral e psicológico da palavra; e o sentimento de coerência, em que os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados (Rocha, 1992).

Portanto, as identidades coletivas têm de compreender o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência. Essa unidade, marcada por aqueles que tentam preservar e perpetuar a memória dos acontecimentos do passado trata a memória como:

Um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade de coerência de uma pessoa de um grupo em sua reconstrução de si (ROCHA, 1992, p. 204).

Em contraponto ao que já foi dito e citado por outros autores, há quem defenda que quando a memória e a identidade estão harmonicamente constituídas e instituídas, nenhum problema ou questionamento externo é suficiente para provocar uma reorganização, nem no nível de identidade individual nem no nível de identidade coletiva, como é o caso desta última fonte citada, que enfatiza que “quando a memória e a identidade trabalham por si sós,

isso corresponde à conjunturas ou períodos calmos, em que diminui a preocupação com a memória e a identidade” (Rocha, 1992).

Posteriormente à elucidação do vínculo social entre a memória e identidade, é de grande relevância que se faça um resgate da memória e do sentimento de pertencimento dos moradores das Regiões Administrativas a serem trabalhadas, para, assim descrever o potencial e as particularidades do turismo cultural a partir dos espaços de memória, despertando a possibilidade de descentralizar o turismo do Centro de Brasília para outras RAs do Distrito Federal. Tendo em vista que as singularidades das cidades constroem a identidade do espaço, posto que são os pontos particulares, específicos da paisagem que distinguem e caracterizam o espaço urbano (CASTROGIOVANNI, 2000).

Será que é possível existir uma política de reconhecimento que respeite a diversidade de identidades culturais? Até que ponto essa diversidade identitária tem relevância pública? Essa é uma questão em suma complexa, se o alicerce for uma democracia institucional baseada em uma cidadania democrática de liberdades, responsabilidades e oportunidades proporcionais aos indivíduos.

E são, justamente, esses aspectos singulares representados por espaços identitários das comunidades do Núcleo Bandeirante, Gama e Sobradinho que serão explorados, para que haja uma compreensão dos problemas por eles enfrentados e da importância de se valorar e valorizar as manifestações culturais que caracterizam a identidade desses grupos. Até mesmo para que esses espaços de manifestação memorial não caiam no esquecimento, é de suma importância que eles sejam vistos e reconhecidos dentro dos lugares onde estão inseridos. Assim, a identidade não existe se não há memória, como diz uma canção catalã: “aqueles que perdem suas origens, perdem sua identidade também” (BALLART, 1997: 43).

## 2 Patrimônio e Turismo

O turismo se apropria desta memória e identidade, por meio de sua patrimonialização, seja ela de forma palpável/concreta seja uma manifestação abstrata. Este fenômeno de materializar um determinado momento da história que distingue as sociedades, além de ser um meio de preservação, se tornou uma forma de “exploração” da atividade turística.

O patrimônio dos grupos sociais tende a refletir manifestações materiais e/ou imateriais e estabelecem sua identidade, ou seja, ele é definido por todos os aspectos que diferenciam um grupo de outro, e esse patrimônio pode ser entendido como globalizado (institucionalizado) ou territorializado. O primeiro diz respeito às manifestações culturais que as instituições definem como patrimônio, como o caso do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) que promove a preservação em âmbito nacional e da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) que atua em âmbito mundial.

Por sua vez, o turismo pode ser entendido como um fenômeno da modernidade que sustenta como matéria-prima o território – dele se apropria e o modifica –, o qual gera um fluxo de interações entre indivíduos e agentes e estabelece trocas sociais, econômicas e ambientais, quer dizer, está relacionado ao avanço da experiência humana no espaço. Tal fenômeno é motivado por diversas circunstâncias, e, como em qualquer segmento (turismo de sol e praia, cultural, ecoturismo etc.), pressupõe a exploração de recursos, sejam eles materiais ou imateriais.

É importante destacar que, apesar da dificuldade de um entendimento mais profundo, o turismo é interdisciplinar e incorpora uma concepção sistêmica de diversas áreas do conhecimento. Definir um novo campo teórico para o turismo significa buscar a percepção da complexa multidisciplinaridade do que é humano, ela sugere criar novos comunicantes entre ciências e disciplinas que se apossam do fenômeno turístico, como exemplos do real, tornando-o mais simples e adequando-o (Moesch, 2002). Com base nisso, ela afirma que:

O real do turismo é uma amálgama na qual tempo, espaço, diversão, economia, tecnologia, imaginário, comunicação e ideologia são partes de um fenômeno pós-moderno, em que o protagonista é o sujeito, seja como produtor ou consumidor da prática social turística. Não nego a contingência material do turismo em sua expressão econômica, mas esta ocorre historicamente, em espaços e tempos diferenciados, cultural e tecnologicamente construídos, a serem irrigados com o desejo de um sujeito biológico. Sujeito objetivado, fundamental para a compreensão do fenômeno turístico como prática social, e subjetivado em ideologias, imaginários e necessidade de diversão, na busca do elo perdido entre prosa e poesia (MOESCH, 2002, p. 31).

O processo de turistificação como uma prática social é constituído por um conjunto de elementos nada reducionistas que, enquadrados em um modelo de sistema, envolvem: relações ambientais, organização estrutural e ações operacionais, aliados à subjetividade social, ecossistêmica, a heranças culturais etc.

De modo geral, um dos objetos basilares para que o fenômeno em toda sua complexidade ocorra é o território, que pressupõe o deslocamento, o qual é carregado de linguagem e cultura, construído pelos indivíduos em suas interações em um tempo sócio histórico. A cultura e a linguagem, portanto, dentre muitas outras formas, são objetivadas por meio das estruturas urbanas e dos patrimônios.

É a partir da análise da relação turismo, cultura e território que se torna possível compreender que em suma ela ocorre por meio das relações de poder onde há uma subordinação do turismo às leis de mercado de consumo, onde há a valorização banalizada de certos espaços conforme um desenvolvimento sistematizado, tendo, em contraponto, o negligenciamento dos espaços onde não há interesse por parte das classes dominantes.

## **2.1 Turismo e Território**

Sabe-se que o Turismo e o espaço urbano exercem uma correlação pelo fato do primeiro se apropriar do segundo e assim modificá-lo, e, portanto, o território é fundamental para que a atividade turística aconteça. Sobre esta relação, evidenciam-se as transformações nos lugares onde o turismo se desenvolve em que a utilização do espaço em todos os casos acaba gerando impactos e/ou conflitos. Portanto, um bom planejamento para gerir essa atividade pode preservá-los de tais conflitos, além de promover práticas de turismo e de vivência que não desgaste e desvalorize o território e a comunidade que ali vive.

O território e seus espaços dentro do contexto turístico podem ser compreendidos como o conjunto dos chamados fixos e fluxos, que são conceitos da geografia e dizem respeito aos elementos imóveis e ações/interações/movimentos, respectivamente. Assim os fixos são elementos imóveis pertencentes a um lugar e os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações que atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam (Santos, 1988).

Dessa forma, pode-se interpretar os fixos como sendo aquilo que está fixado no solo, são as configurações espaciais, como os objetos e edificações existentes em uma determinada cidade. Já os fluxos, podem ser considerados os movimentos de energia, transporte, os

serviços, as comunicações, as dinâmicas sociais, enfim, tudo o que dá vida aos fixos. Isto posto, percebe-se que o espaço urbano é um conjunto de atividades que sucede uma mesma integração local, sendo esse construído para um grupo de indivíduos.

E a analogia dos espaços com o turismo e seus fluxos remete a referências sobre o passado, sobre os marcos resultantes da construção dessa dimensão espacial, e tais fluxos têm como ponto de partida quando, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, havia prazer no movimento que as pessoas realizavam em territórios estranhos, estimulando a peregrinação (Wainberg e Castrogiovanni, 2001).

Considerando o turista como parte da categoria de fluxo turístico, é preciso identificar e observar os caminhos que eles percorrem nos espaços, tendo como fundamento seis aspectos, são eles: avaliar a mobilidade como algo essencial (na facilidade de locomoção); analisar a agradabilidade estética, isso inclui as áreas residenciais, comerciais, áreas verdes etc.; analisar os ambientes; verificar a paisagem construída e os caminhos, no que se refere às impressões que as paisagens podem sugerir; examinar os serviços urbanos, como a pavimentação, iluminação, limpeza pública, entre outros; analisar os equipamentos de apoio ao turismo, como os bares e restaurantes, hotéis, comércio, bancos etc.; e, por fim, considerar o mobiliário urbano – conjunto de serviços e informações que o espaço urbano dispõe, como placas de sinalização (CASTROGIOVANNI, 2000).

Nota-se que a qualidade destes aspectos concomitantemente influencia diretamente na boa estada do turista nos espaços urbanos que se apropriam do território para promover o turismo e suas atividades.

É importante levar em consideração que o espaço urbano está continuamente em construção de significados e que os ambientes das cidades estão em constante renovação, ou seja, os espaços são dinâmicos e oferecem tanto aos turistas quanto aos moradores experiências, sentimentos e percepções distintas.

Nesse contexto, Gastal afirma que:

A cidade é um mundo de representações [...] É repleta de entornos e estabelece outros, alguns fortes, expressivos, outros suaves, interativos com a continuidade espacial. A cidade é viva, possui sua própria identidade, apresenta um dinamismo de relações que se alteram ao ritmo de diferentes circunstâncias (GASTAL, 1999, p. 34).

Para ela, cada cidade é singular, oferece um espetáculo diferenciado, centraliza uma série de possibilidades que criam um grande poder de sedução.

A identidade pressupõe autenticidade, a partir dela há uma distinção dos aspectos característicos entre uma cidade e outra, uma cultura e outra, um espaço e outro, assim, as

singularidades das cidades constroem a identidade do espaço, uma vez que são os pontos particulares, específicos da paisagem que diferenciam e caracterizam o espaço urbano (Castrogiovanni, 2000).

Compreender o conceito de território é uma tarefa árdua devido à diversidade de acepções, no entanto, será utilizada a conceituação e interpretação de Milton Santos, geógrafo e pensador brasileiro. Entende-se por território uma construção marcada por relações de poder a partir de atores que territorializam suas ações com o decorrer do tempo. Para Santos (1978), “a utilização do território pelo povo cria o espaço”, sendo o primeiro, ambiente delimitado e que antecede o espaço, e este, dotado de um sentido mais amplo, mutável, que segundo ele, é percebido com um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações que estão ocorrendo e que se manifestam por meio de processos e funções.

O espaço é, portanto, consequência dos processos sociais e dotado de uma estrutura organizada e criada pelo homem. Conforme afirma Santos (1978), a análise geográfica do espaço deve considerar tais categorias: forma (formas espaciais), função (atividade desempenhada pelo objeto criado), estrutura (social-natural, definida historicamente), processo (ação desempenhada de modo contínuo, ocorrida no âmbito de uma estrutura social e econômica) e totalidade.

O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida (...) o espaço deve ser considerado como um conjunto de funções e formas que se apresentam por processos do passado e do presente (...) o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções (SANTOS, 1978, p. 122).

É na base territorial que tudo acontece, inclusive as configurações e reconfigurações mundiais influenciando o espaço territorial (Santos, 1994). Compreendendo que a periodização da história é que estabelece como será organizado o território, isto é, o que será o território e como serão suas configurações econômicas, políticas e sociais.

Segundo um arquivo da Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, que trata da legislação sobre Patrimônio Cultural, a partir da década de 1980, com a abrangência do patrimônio cultural em detrimento do alcance de outros segmentos sociais e minorias étnico-culturais, rompeu-se com a visão elitista de considerar objeto de preservação apenas as manifestações e bens da classe historicamente dominante.

Todavia, é notável que esta ruptura não seja tão legítima, quando observado o turismo centrado apenas na região central de Brasília, com base em um contexto predominantemente

economicista, visto que é lá onde se encontra a grande maioria dos hotéis. A oferta turística do Distrito Federal centralizada pela relação de poder, neste caso, desconsidera toda riqueza cultural existentes nas outras Regiões Administrativas.

Sob esse ponto de vista, observa-se que o território pode ser entendido sob as percepções da revalorização ou da desvalorização. O território é uno, o seu movimento é solidário (Santos e Silveira, 2003). Assim, desvalorizações e revalorizações obedecem a uma mesma lógica. Determinadas frações do território aumentam de valor em determinado dado momento, enquanto outras, ao mesmo tempo e por via de consequência, se desvalorizam.

O saber turístico não é linear, ele passa por reformulações e retificações em seus princípios básicos, ele não permite uma abordagem objetiva, pois seu ponto central é de caráter humano, em que os turistas que se deslocam e não as mercadorias, ultrapassando a percepção enquanto função de sistema econômico que reduz o fenômeno à indústria.

Em se tratando do território sob a ótica do fenômeno do Turismo e de sua materialidade nos espaços, é fundamental substanciar o entendimento do turismo a partir da compreensão de Pena e Moesch:

O turismo deve ser entendido em sua complexidade como um sistema orgânico, aberto que estabelece relação direta e indireta com diversos objetos: econômico, social, cultural, ambiental, expressos por fazeres empíricos, tais como: comércio, lazer, esporte, transporte, saúde, seja em ambientes urbanos, rurais ou de natureza preservada (PENA E MOESCH, 2016, p. 276).

Uma das primeiras definições de Turismo abordadas na Universidade é a adotada pela Organização Mundial de Turismo, que estabelece que o turismo pode ser entendido como a atividade em que as pessoas se deslocam e permanecem em lugares fora de seu ambiente habitual por não mais de um ano consecutivo para lazer, negócios ou outros objetivos (OMT, 2003).

Mário Carlos Beni definiu o Turismo como “a soma dos fenômenos e das relações resultantes da viagem e da permanência de não residentes, na medida em que não leva a residência permanente e não está relacionada a nenhuma atividade remuneratória” (Beni, 2001, p. 36).

O turista, consumidor desse fenômeno e um dos agentes basilares para que este ocorra, é descrito conforme a Organização das Nações Unidas como:

Toda pessoa sem distinção de raça, sexo, língua e religião que ingresse no território de uma localidade diversa daquela em que tem residência habitual (...) com finalidade de turismo, recreio, esporte, saúde, motivos familiares, estudos, peregrinações religiosas ou negócios. (Apud, IGNARRA, 2003, p. 15).

As razões para que uma pessoa decida praticar o turismo são variadas, por esse motivo a importância de um planejamento e gestão eficientes de modo que todos se beneficiem e que a cultura local seja de fato valorizada.

Uma vez abordada a temática do turismo e território observa-se a necessidade de estabelecer as interações com o patrimônio cultural material, que trata de manifestações dotadas de significados inseridas no espaço urbano ao longo do tempo, o qual pode deter valores distintos tanto para os moradores locais quanto para os turistas – que são motivados e estimulados a conhecer o diferente, o estranho.

## **2.2 Patrimônio Cultural Material**

O patrimônio, de modo geral, refere-se à representação, seja ela material, seja imaterial, de signos, manifestações culturais e históricas, símbolos; o patrimônio cultural material, portanto, é a materialização das expressões culturais no espaço. Ele possui uma expressão espacial significativa e constituinte da própria identidade cultural – a sua inerente territorialidade (DI MÉO, 1995).

Como já citado anteriormente, o patrimônio cultural deve ser entendido sob a ótica de dois conceitos: a do patrimônio globalizado ou institucionalizado, em que as instituições definem e estabelecem as manifestações culturais como patrimônio, isso abre possibilidades, inclusive, para disputas e desigualdades socioespaciais, pois quando se intitula determinada manifestação como patrimônio, seu entorno cultural é excluído (MESQUITA, 2016); e a do patrimônio territorializado, que abrange a valorização das manifestações locais/regionais por meio de uma preservação inclusiva, o qual mantém viva a memória e a identidade e dá a sensação de pertença, vai além da institucionalização.

O artigo 216 e seus incisos da Constituição Federal de 1988 declaram que:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referências à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artísticas-culturais; V- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (CF/88, art. 216).

Vale destacar ainda, que a CF/88 garante o princípio da cidadania cultural, em que “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e difusão das manifestações culturais”. Contudo, é necessário analisar se esta difusão e valorização são eficazes e abrange de fato todas as camadas sociais e identitárias no que tange às diversidades culturais.

Entende-se que o patrimônio é uma construção e valorização daquilo que identifica um povo e o diferencia de outros, portanto, é o que se quer preservar para manter a memória viva. Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), patrimônio cultural refere-se à soma dos saberes, fazeres, expressões, práticas e seus produtos, valiosos pelas pessoas concernentes à história, à memória e à identidade desse povo. A ideia de patrimônio deve se expandir a tudo o que é valioso pelas pessoas, mesmo que não tenha valor de mercado ou valor para outras comunidades.

O patrimônio material é o “conjunto de bens culturais, classificados segundo sua natureza: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis – núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais – e móveis – coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos” (Portal GDF, 2017).

De maneira sintetizada, os patrimônios culturais materiais são as expressões culturais tangíveis, visíveis, físicos, podem ser tocados. São os bens criados e estabelecidos ao longo do tempo, representando assim, a história de um povo. Esses patrimônios são detentores de características peculiares e identitárias, e é a partir daí que se reconhece uma cidade e sua memória coletiva.

No Brasil, o principal órgão público encarregado de promover a preservação e valorização do Patrimônio Cultural Material e Imaterial, e os instrumentos utilizados por ele destinam-se a assegurar legalmente a preservação dos bens de interesse cultural para o país. Um desses instrumentos é a Política de Patrimônio Cultural Material (PPCM), instituída pela Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018, a qual “servirá de guia para ações e processos de identificação, reconhecimento, proteção, normatização, autorização, licenciamento, fiscalização, monitoramento, conservação, interpretação, promoção, difusão e educação patrimonial relacionados à dimensão material do Patrimônio Cultural Brasileiro” (Portal Iphan).

Consoante à crítica sobre a valorização do patrimônio estar direcionada aos interesses de quem detém o poder e às classes dominantes, voltada para as questões economicistas, o

sociológico brasileiro Octávio Ianini enfatiza e considera patrimônio (...) tudo aquilo que está associado às famílias aristocráticas e à camada superior em geral. Logo, exemplifica ele: A Catedral, frequentada pela “gente de bem”, deve ser preservada, enquanto a Igreja de São Benedito, dos “pretos da terra”, não é protegida e é, com frequência, abandonada (Ianini, 1988).

Ponderando esse raciocínio, não compete somente ao Estado (e às classes dominantes, direta ou indiretamente) legitimar ou dizer o que é ou não patrimônio, é imperativo a atuação junto ao povo. Para Gonçalves:

Patrimônios culturais seriam entendidos mais adequadamente se situados como elementos mediadores entre diversos domínios sociais e simbolicamente construídos, estabelecendo pontes e cercas entre categorias cruciais, tais como passado e presente, deuses e homens, mortos e vivos, nacionais e estrangeiros, ricos e pobres etc (GONÇALVES, 2005, p. 16-17).

Por outro lado, a patrimonialização é um fenômeno muito abrangente, ela envolve um conjunto de práticas sociais, diversas formas de produção cultural, de saberes simbólicos, em variados âmbitos – espacial, social – e isso demanda uma atuação institucional sistematizada que implique sua preservação, ordenação, valorização.

De todo modo, o reconhecimento e a valorização dos bens culturais materiais colaboram com o senso de cidadania e com a ideia de que expressam a história e a tradição locais, agregando à comunidade o sentimento de pertencimento, além de garantir a dinâmica da memória e da identidade. Sendo assim, é condição fundamental para a formação de uma identidade social a preservação do patrimônio e da memória coletiva. Logo, em vista disso, cabe às esferas da sociedade preservar tanto o patrimônio erudito, quanto o popular, democratizando a diversidade cultural, a informação e a educação.

Após a compreensão acerca de patrimônio, território e turismo, será analisado como o uso dos espaços de memória é conduzido através da segmentação de Turismo Cultural e a forma como a cultura é bastante representativa na hora da escolha do destino, ou seja, como determinados lugares produzidos historicamente subordinam sua apropriação e manifestação por meio do fenômeno turístico.

Contudo, os espaços abordados, podendo ser tratados como culturais vão na contramão da lógica da indústria cultural, em que a cultura é comercializada conforme interesse desta indústria, com a principal finalidade a conquista de lucro. Podendo-se citar como um dos motivos principais, o fato de não estarem localizados no Plano Piloto, no Centro de Brasília – ponto focal dos atores envolvidos na promoção do turismo. Esta lógica,

portanto, teve como fonte a Revolução Industrial, que deu início ao capitalismo e acentuou a urbanização.

Na modernidade, o Turismo pode ser observado como “uma criação da sociedade de consumo, que a partir da importância do lazer na sociedade atual, passa a vender o turismo ou a comercializar a viagem como um novo produto, nos moldes de uma sociedade de consumo, atrelado, portanto, às leis de mercado” (SIQUEIRA, 2005, p. 64). Por este motivo, a importância de se envolver a comunidade nos instrumentos culturais, representativos na memória e identidade dela, tornando-se protagonista nas decisões que envolvem o compartilhamento de seus espaços simbólicos e de vivência.

Parece trivial, mas é de suma relevância que o turismo seja pensado não apenas para o turista, mas para os moradores do local onde o fenômeno ocorre, pois é nas cidades que a cultura dos povos se dissemina, os símbolos são compartilhados e as trocas sociais ocorrem. Com relação a isso, reafirma-se a ideia de que todos os cidadãos têm direito ao acesso à cultura, sejam eles moradores ou visitantes.

### **2.3 Cultura e Turismo Cultural**

O turismo se utiliza dos bens patrimoniais, culturais, históricos, naturais – sejam eles materiais ou imateriais – para desenvolver suas atividades e promover sua “exploração”, a fim de atingir as motivações/imaginários das pessoas que estão em busca de experiências e vivências diferenciadas. Ele pode ser compreendido como um fenômeno que atua nas esferas social, ambiental e econômica, gerando impactos nas comunidades onde é praticado.

O produto turístico está aliado à dinâmica sociocultural, na qual existe uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produtos e serviços que integram práticas sociais de cultura, heranças históricas, meios ambientes diversos, cartografias naturais, relações sociais de hospitalidade e a troca de informações interculturais (Moesch, 2000).

Entendendo que este fenômeno envolve acima de tudo a interação socioespacial a partir do deslocamento, é inviável pensar nele apenas pelo viés econômico, pois isso pode causar um efeito negativo dentro da comunidade onde está inserido, trazendo consequências insustentáveis.

O turismo age no imaginário das pessoas, despertando o desejo de conhecer lugares e culturas distintas, e isto é determinante para se entender que existem várias formas de se

pensar sobre as questões do mundo, sobre a diversidade cultural existente e sobre a importância de conscientização e respeito com o diferente. Se bem coordenado, a troca cultural, portanto, é algo muito positivo.

Essa troca ocorre de variadas formas, pode ser de modo visual, quando a paisagem ou arquitetura de determinado lugar chama a atenção do turista; de modo prático, quando há uma imersão, uma vivência mais profunda na realidade cultural e costumes de determinado povo. Quando essas práticas são responsáveis por parte do turista, a valorização da cultura local ocorre de maneira legítima, além de propiciar benefícios para a comunidade local no que tange a questões como: geração de renda, melhorias estruturais na cidade, relações sociais construtivas etc. Por isso, é primordial que o turismo seja bem orientado, planejado, gerenciado pelas instituições e pela própria comunidade.

O Brasil é um país multicultural, em cada região há peculiaridades carregadas de significados e tais peculiaridades são fatores determinantes para a escolha dos turistas para visitação, e cada região possui sua potencialidade turística com base em suas singularidades. Os fatores estão associados com a procura por sensações, curiosidades e desejos de vivências distintas do que se está acostumado.

O turista é atraído pelos outros elementos da paisagem, os espaços criados e o movimento da vida de como os outros povos vivem diferentemente dos que ele conhece e está habituado (Wainberg, 2000). Essa estranheza estimula o desejo de conhecer culturas diferentes da dele, motivando o movimento do visitante.

A reflexão acerca do estranhamento com culturas diferentes tem que ser ponderada a fim de que se crie uma conscientização e não um preconceito, pois é uma realidade que a discriminação pelo diferente assola a sociedade e causa muitos danos.

De tanto mencionar a palavra cultura, é fundamental que se entenda a sua origem e concepção, e um dos primeiros registros sobre o que é cultura vem do antropólogo Edward Taylor (2000). Para ele, cultura seria em seu amplo sentido etnográfico, este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou quaisquer outras capacidades ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade.

Laraia afirma que a cultura não é determinada biologicamente e nem geograficamente, mas torna os seres humanos de espécie igual em diferentes, essa diferença é atribuída ao fato de que cada indivíduo participa de maneira única em sua cultura, ou seja, conforme sua interpretação da realidade em que está inserido (Laraia, 2000).

Uma vez que se entende que a não é homogênea, tendo em vista que hábitos e costumes são diferentes em cada lugar que distingue um grupo de indivíduos de outro, e que é adquirida ao longo do tempo, Laraia declara ainda que a cultura:

É compreendida como algo que não é estático, pois (...) cada sistema cultural está sempre em mudança. Entender esta dinâmica é importante para atenuar o choque entre as gerações e evitar comportamentos preconceituosos. Da mesma forma que é fundamental para a humanidade a compreensão das diferenças entre povos de culturas diferentes, é necessário saber entender as diferenças que ocorrem dentro do mesmo sistema. Este é o único procedimento que prepara o homem para enfrentar serenamente este constante e admirável mundo novo do porvir (LARAIA, 2000, p. 52).

Entre os aspectos que se encaixam no contexto cultural manifestado pelo sujeito, têm-se a música, religião, comidas típicas, festas etc. e dentro de um mesmo país ou mesmo região é possível identificar culturas variadas. Por exemplo, em determinadas regiões do Nordeste brasileiro há manifestações religiosas que são predominantes e que em outras regiões é mais difícil de serem encontradas, como a festa de Iemanjá e a lavagem das escadarias do Bonfim. No Sul, é bastante comum o consumo do chimarrão, considerado uma bebida típica da região, enquanto que nas outras, esse consumo não é tão corriqueiro.

As manifestações materializadas no patrimônio cultural material já se consolidaram como oferta turística e sua “comercialização” se tornou uma realidade. O Turismo Cultural está difundido e enraizado em todo o mundo. No entanto, gerir o patrimônio cultural, implica “(...) administrá-lo de tal modo que, não só não se deteriore e pereça, mas que também se reabilite, se enriqueça, seja conhecido e desfrutado por todos” (Garrigós, 1998, p. 171).

O Ministério do Turismo compreende que a relação entre a cultura e a atividade turística não pode ocorrer sem a necessária compreensão das formas de caracterização e estruturação pertinentes ao segmento. O desenvolvimento desse tipo de turismo deve ocorrer pela valorização e promoção das culturas locais e regionais, preservação do patrimônio histórico e cultural e geração de oportunidades de negócios no setor, respeitando os valores, símbolos e significados dos bens materiais e imateriais da cultura para as comunidades.

Pode-se dizer que este segmento nasceu na Europa entre os séculos XIV e XVI, quando a aristocracia se deslocava a fim de conhecer os sítios históricos e arqueológicos que inspiraram artistas renascentistas. E logo após, tomando isto como inspiração, nasceram os Grand Tours, no século XIX, formados por imensos roteiros turísticos organizados pelo inglês Thomas Cook, considerado o pai do Turismo Moderno por muitos. Cook foi um visionário, trazendo ao mundo a proposta de conhecer novas culturas e desde então a atividade turística tem crescido cada vez mais. Ele criou a primeira agência de viagens do

mundo e em 1896, organizou uma viagem que durou aproximadamente 222 dias, saindo da Inglaterra, passando pelos Estados Unidos, Japão, China, Egito e Índia. Os turistas tinham a intenção de conhecer novas culturas, o que até então era algo quase inalcançável.

O Turismo cultural é um segmento amplo, envolvendo como fator motivacional a identidade, a cultura, a história, a busca por vivências diferentes, além do conjunto patrimonial etc. Este segmento “compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura” (Ministério do Turismo, 2006).

Este tipo de turismo implica basicamente nas formas de interação do turista com os elementos culturais de um povo distinto do seu, desta maneira, ele está em busca de experiências autênticas, de conhecer o novo, e isto finda em vivências participativas, contemplativas e de entretenimento.

O fenômeno do turismo deve ser como um dos seus princípios básicos a inclusão sociocultural das pessoas nas atividades. Acerca desse assunto, o Ministério do Turismo afirma:

A palavra perspectiva traduz o anseio, a esperança, de se proporcionar a inserção de pessoas, grupos e regiões que por motivos variados podem ser considerados excluídos da fruição do turismo – da possibilidade de acesso aos benefícios da atividade pelo potencial consumidor, pelo ofertante e pela comunidade receptora – ou dos que usufruem da experiência turística de forma inadequada, ao consumir produtos turísticos sem a devida qualidade. Trata-se do envolvimento e participação do ser humano como pertencente ao exercício dos direitos e deveres individuais e coletivos (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2006, p. 7).

Pode-se inferir disso tudo que as atividades proporcionadas a partir do turismo cultural têm como consequências a valorização e promoção dos bens materiais e imateriais da cultura de um grupo, e é fundamental que a prática dessas atividades gere no visitante o senso de educação, preservação da integridade da herança cultural. Por isso a importância do conhecimento/informação, para que se reforce a sensibilidade com relação à cultura do outro.

Reafirmando essa ideia, a utilização turística dos bens culturais pressupõe sua valorização e promoção, bem como a manutenção de sua dinâmica e permanência no tempo. Valorizar e promover significa difundir o conhecimento sobre esses bens e facilitar-lhes o acesso e o usufruto, respeitando sua memória e identidade. É também reconhecer a importância da cultura na relação turista e comunidade local, aportando os meios para que tal inter-relação ocorra de forma harmônica e em benefício de ambos (Ministério do Turismo, 2006, p. 15).

Infere-se, portanto, que território, patrimônio, cultura e turismo não podem ser avaliados de forma dissociada quando o objeto é o uso dos espaços para o fenômeno turístico e o qual carrega a dinâmica das relações sociais, econômicas, ambientais, culturais.

### 3. Brasília e os Espaços de memória do DF

Os espaços escolhidos considerados de memória têm direta relação com a história da construção de Brasília, planejada e construída entre 1957 e 1960, a qual foi integrada no Livro de Tombo Histórico pelo Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em 14 de março de 1990. O Distrito Federal atualmente conta com 31 Regiões Administrativas e boa parte destas foi criada no contexto da construção da capital, no entanto, essa memória é constantemente desprezada em detrimento da imagem de Brasília ser projetada apenas no Plano Piloto.

O período do planejamento até a construção foi repleto de simbologias e imaginários para agregar credibilidade ao projeto de transferir a capital para o Centro Oeste, tanto na campanha e discurso de Juscelino Kubitschek, quanto no processo de “recrutamento” das pessoas que trabalhariam na construção de Brasília. Assim, é através do imaginário que o indivíduo alcança sua identidade e seus objetivos (Orlandi, 1994).

Brasília está diretamente relacionada ao poder do Estado e foi construída por meio das ideologias políticas do Brasil, portanto, ela foi erguida estrategicamente com base nas relações marcadas pelo poder. Para que o plano se concretizasse, buscava-se a aprovação da população e, sobretudo, buscavam-se trabalhadores para atuarem na construção da nova capital.

Vale destacar que Brasília provocou não só transformações espaciais, como também agrupou culturas, tradições, histórias e pessoas de diversos cantos do país, e isso tudo constituiu o que hoje é o Distrito Federal. E para se ter uma compreensão autêntica do que de fato é o território brasileiro, não basta se limitar ao sítio tombado pelo IPHAN.

Dentre essas transformações espaciais, o presente trabalho se valerá dos patrimônios materiais construídos desde que a nova capital foi erguida, os quais fazem parte das cidades e que de certa forma contribuem para a dinamização delas, por meio das atividades, como é o caso do turismo, procurando entender a importância identitária e de memória deles para os moradores do DF e para os seus gestores, pelo fato de se localizarem distantes do centro de Brasília.

Nesse sentido, entende-se que “a importância de Brasília não se limita apenas aos monumentos e traçados modernistas que a compõem. A memória de sua construção e a vivência cotidiana da população, que empregam sentido e vida de suas formas, também são riquezas imensuráveis que merecem ser preservadas e difundidas” (ALMEIDA E SOUZA, 2016, p. 196). Mesmo que institucionalizados ou não, a democratização e a valorização

precisam ser uma realidade nos espaços e manifestações abstratas presentes no contexto da sociedade do DF em sua totalidade.

E a partir disto, neste trabalho será avaliado se esta informação de que os espaços de memória das RAs (onde estão dispostos os espaços analisados) distantes do Plano Piloto sofrem alguma espécie de desvalorização, seja de maneira estrutural, seja no seu contexto identitário e de memória, compreendendo seus maiores desafios para um bom gerenciamento. Isto, no âmbito do Museu Vivo da Memória Candanga e do Catetinho, visitados nos dias 05 e 07 de novembro respectivamente considerando a percepção dos gestores de ambos os espaços e dos 108 respondentes do questionário. No caso da Fazenda Velha, o cenário muda um pouco, tendo em vista que este não atua mais com atividade turística ou de visitação.

Com relação à visitação nos outros dois espaços (MVMC e Catetinho), foi disponibilizada pela SUPAC a estatística de visitação dos anos de 2017, 2018 e 2019. Pode-se notar que o Catetinho, conforme análise destes três anos recebe muito mais visitas do que o Museu Vivo. Em 2017 foram 37.204 visitas, destes, 41% eram moradores do DF, 57% de outros estados e 2% do exterior. Já no MVMC neste ano de 2017, foram 17.868 visitas, destes 90% eram moradores do DF.

No ano de 2018, o museu do Catetinho recebeu 30.806 visitantes, sendo 61% moradores do DF, 36% de outras regiões do país e 2% do exterior. O Museu Vivo da Memória Candanga, recebeu 15.148, destes, mais de 80% eram moradores do DF e um pouco mais de 10% residentes de outros estados. Neste ano, houve uma queda no número de visitantes em ambos os museus.

Em 2019, contando com os meses de janeiro a outubro, o Catetinho alcançou 29.034 pessoas, sendo 60% residentes das RA's do DF, 38% dos outros estados e 2% do exterior. Já o MVMC recebeu neste ano, até o mês de outubro, 18.460 visitantes, destes, mais de 90% moradores do DF. Ambos esperavam receber um número maior de visitantes com relação ao ano anterior, o MVMC por causa da mudança de gestão e o Catetinho por ter tido maior visibilidade nas mídias sociais, conforme diretor de gestão dos espaços culturais da Subsecretaria do Patrimônio Cultural (SUPAC), Marcelo Gonczarowska.

### 3.1 Museu Vivo da Memória Candanga

O Museu Vivo da Memória Candanga, localizado na Região Administrativa do Núcleo Bandeirante, foi construído em 60 dias e inaugurado em seis de julho de 1957 com o objetivo de ser um local provisório para oferecer assistência médica aos pioneiros que trabalhavam na construção da capital. Logo após a inauguração do Hospital Distrital no Plano Piloto, o HJKO entrou em declínio.



Figura 1: MVMC – HJKO/FONTE: arquivo pessoal

Depois de muita mobilização e de uma consciência histórica dos ex-moradores do conjunto, fora exigido o seu tombamento, desta forma, ele foi tombado como Patrimônio Histórico e Cultural pelo Governo do Distrito Federal (GDF) em 1985 e em 2015 pelo IPHAN. O conjunto arquitetônico de madeira do primeiro hospital de Brasília, o antigo Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira (HJKO), foi parcialmente restaurado e revitalizado e hoje comporta o Museu, o qual foi inaugurado em 1990, com a missão de resgatar e preservar o valor histórico do conjunto arquitetônico, a memória e a cultura candanga.

O objetivo de sua restauração estava voltado ao plano de reintegração do espaço à dinâmica urbana através de atividades culturais, educacionais, de cunho ocupacional e recreativo, oferecendo novas funções às edificações.



Figura 2: MVMC instalações/FONTE: Arquivo pessoal



Figura 3: MVMC fachada da exposição principal/FONTE: Arquivo pessoal

Conforme material de divulgação e informação entregue pela atual gerente do MVMC, Eliane Rodrigues, datado de 2007, o acervo é formado por variados registros relativos ao período da construção de Brasília. O destaque do acervo se volta às coleções Mário Moreira Fontenelle (o fotógrafo candango), HJKO, Brasília Palace Hotel e doações de peças pelos pioneiros. Além do acervo, atualmente, o museu conta com exposições temporárias e oficinas de artesanato e programas educativos que integram a comunidade ao espaço. Em contrapartida, o espaço apresenta algumas edificações notoriamente deterioradas pelo tempo, e que por este motivo se mantém fechadas para visitação.



Figura 4: MVMC detalhes de uma das estruturas do museu/FONTE: Arquivo pessoal

Em visita ao museu, percebe-se que dentre todas as instalações, muitas são fechadas para visitação, outras são destinadas às oficinas e algumas estão em processo de manutenção para receber exposições. De acordo com a nova gestora do espaço, Eliane Rodrigues, que está no cargo desde o começo de 2019, muito já foi feito neste período para a melhoria do espaço.



Figura 5: MVMC Vias pintadas e sinalizadas/FONTE: Arquivo pessoal

### **3.2 Catetinho**

O Catetinho, prédio de madeira sobre pilotis, edificado em apenas 10 dias, serviu como a residência temporária do Presidente Juscelino Kubitschek (1902-1976) entre novembro de 1956 e junho de 1958, onde ele pernoitava e trabalhava quando estava em visita para acompanhar a construção da nova capital. O espaço foi um projeto de Oscar Niemeyer e financiado por amigos de JK, era conhecido como o Palácio de Tábuas.



Figura 6: CATETINHO Placa JK/FONTE: Arquivo pessoal

Em 1959, com o catetinho então desocupado, JK solicitou o tombamento do edifício, o qual já não tinha mais quase nenhum móvel original, mas sua ambientação foi recomposta com móveis originais e outros da época, principalmente do Brasília Palace Hotel e com objetos cenográficos, remetendo à vida cotidiana da época – década de 1950. Atualmente, portanto, é como o edifício se encontra.



Figura 7: CATETINHO fachada da estrutura principal/FONTE: Arquivo pessoal

O patrimônio situa-se na Área de Proteção Ambiental Gama e Cabeça de Veado, criada por decreto distrital em 1986. E a preservação do meio ambiente e da biodiversidade é uma das missões do museu.



Figura 8: CATETINHO placa “Olho d’água”/FONTE: Arquivo pessoal

Em comparação com o MVMC, estruturalmente, o Catetinho se encontra mais bem conservado, não há evidências de degradação no espaço. No entanto, há uma falta na questão de acessibilidade, pois a parte da exposição do segundo andar só conta com uma escada, o que dificulta o acesso por pessoas com limitações de locomoção.



Figura 9: CATETINHO fachada da estrutura principal/FONTE: Arquivo pessoal

### 3.3 Fazenda Velha

O último espaço escolhido para análise foi a Fazenda Velha, localizada em Sobradinho. Sua relação com a Construção de Brasília é simbólica e antecede este evento, por ter sido propriedade de Hastimphilo de Moura, militar e engenheiro, membro da Comissão Exploradora do Planalto Central chefiada por Louis Cruls (astrônomo e geógrafo belga), conhecida como Missão Cruls, que teve como principal objetivo demarcar a área onde posteriormente seria construída a nova capital federal do Brasil.

O Portal online da Fazenda Velha, a descreve como um “acervo vivo do Brasil Colônia e um símbolo da ocupação do Centro-Oeste”. Sua casa sede foi construída em 1884 e foi restaurada e reconhecida pelo Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal em 1996. E após sua restauração, o espaço foi constituído como museu, com exposição de objetos da época. Além disso, conta com uma estrutura de lazer, com piscina, lanchonete, quadra esportiva etc.



Figura 10: Fazenda Velha/ FONTE: Nós no Mundo

## **4 Análise de resultados**

A análise de resultados é feita com base no questionário, em que houve a participação de 108 pessoas no total, moradores do DF e com idades a partir de 18 anos; e com base na entrevista, em que no caso do Museu Vivo da Memória Candanga, a própria gerente do espaço foi a entrevistada, no caso do Catetinho, o próprio Diretor de Gestão dos Espaços Culturais da SUPAC respondeu a entrevista, ele é responsável por este e outros espaços culturais do DF.

### **4.1 Questionário aos moradores do DF**

Conforme o objetivo de entender a importância dos espaços de memória para os moradores do Distrito Federal, o questionário online – respondido por 108 pessoas no total entre os dias 28 de outubro a 12 de novembro de 2019, predominantemente no *Facebook* e *Whatsapp* - foi aplicado com a intenção de entender alguns fatores, primeiramente buscou-se aferir, das cento e oito pessoas que responderam, se elas já haviam visitado um ou mais de um dos espaços (MVMC, Catetinho e Fazenda Velha) e quantas vezes, além disso, como ficaram sabendo a respeito de tais espaços e dos que já visitaram um ou mais, qual foi o grau de satisfação com a visita de acordo com a estrutura dos patrimônios, com relação à sinalização, iluminação, limpeza, segurança, informações disponíveis e acesso.

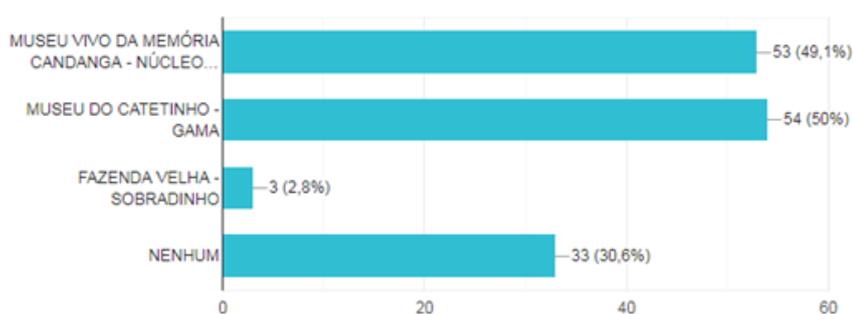
Em outra sessão do questionário, fora examinado se estas pessoas consideravam que esses espaços exercem alguma importância na memória e na identidade da comunidade onde eles estão dispostos e se o incentivo ao turismo contribui para a conservação da identidade de uma comunidade.

No terceiro e último bloco, as pessoas responderam se para elas, os espaços citados são considerados “esquecidos”, com relação à manutenção, promoção e incentivos. Para concluir, houve uma questão aberta para que fossem apontados outros espaços, salvo os já mencionados no questionário, que poderiam ser mais bem valorizados no DF.

Das cento e oito pessoas que responderam ao questionário, 75% eram mulheres 23% era homens e 2% preferiram não declarar. Com relação à idade, setenta pessoas que responderam tinham entre 18 e 28 anos, vinte e cinco tinham entre 29 e 40 anos, oito tinham entre 41 e 59, e cinco pessoas tinham acima de 60 anos. Das Regiões Administrativas das quais as pessoas residem, as mais citadas foram: Plano Piloto, Riacho Fundo, Águas Claras,

Sobradinho, Guar, Ceilândia, Núcleo Bandeirante, Samambaia, Taguatinga, Vicente Pires, Santa Maria e São Sebastião.

A respeito dos espaços de memória visitados, conforme gráfico 1, cinquenta e três pessoas já visitaram o MVMC, cinquenta e quatro já visitaram o Catetinho, três visitaram a Fazenda Velha, e trinta e três nunca visitaram nenhum destes espaços. E dos que responderam que já visitaram, quarenta e quatro pessoas disseram ter visitado somente uma vez e trinta e uma disseram ter visitado duas vezes ou mais. Além disso, 50% das pessoas disseram ter ficado sabendo sobre os espaços por meio da escola ou universidade. Esta informação demonstra a relevância das instituições de ensino no esforço de valorização dos patrimônios de memória do DF.



Gráfico 1. Espaços de Memória visitados

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

O gráfico 1 mostra que quase um terço dos respondentes nunca visitou nenhum dos espaços em estudo, isso demonstra o enfraquecimento da relação e da criação de memória nas pessoas e da falta de sensação de pertenca que os moradores do DF têm com esses espaços.

De acordo com o grau de satisfação das pessoas que já visitaram um ou mais de um dos espaços abordados, quarenta e três pessoas ficaram muito satisfeitas, vinte e sete ficaram pouco satisfeitas, quatro ficaram totalmente insatisfeitas. Essa questão está mais relacionada com a questão estrutural, como a sinalização, iluminação, acesso, entre outros.

Em outro bloco, buscou-se compreender a relevância identitária e de memória que os patrimônios exercem sobre a comunidade onde eles estão inseridos (gráfico 2 – questão 8), mais de 80% considera que eles expressam valor de memória para a comunidade.

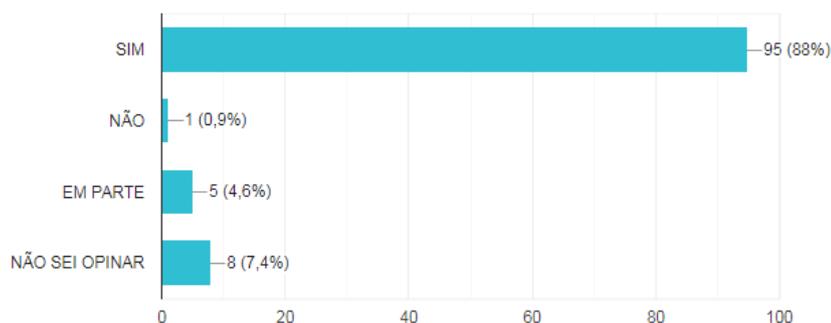


Gráfico 2. Os espaços em estudo exercem relevância na memória e identidade?

Fonte: Elaborado pela Autora (2019).

Pode-se perceber, a partir da análise do gráfico 2 que quase 90% considera que os espaços têm relevância de memória e identidade para a comunidade do DF, mas, com relação ao gráfico anterior entende-se que a imagem destes espaços precisa ser mais fortalecida dentro da própria comunidade, para que se firme o senso de identificação e reconhecimento memorial.

Outro fator analisado refere-se à opinião das pessoas sobre o incentivo ao turismo, não somente relacionado aos espaços abordados, mas de maneira geral, contribuir ou não para a conservação da identidade de uma comunidade. E mais de 70% afirmaram que a atividade turística favorece a conservação identitária. (gráfico 3).

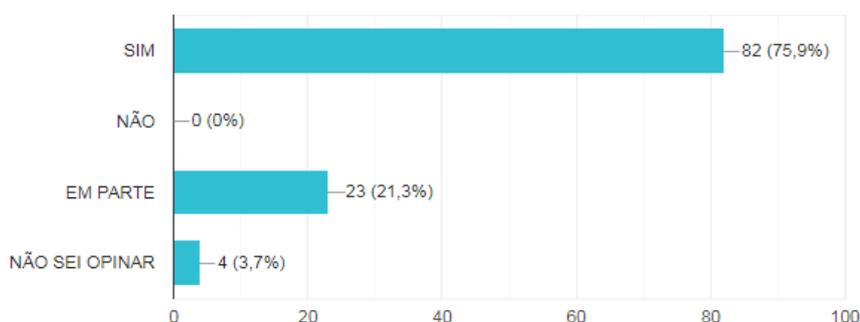


Gráfico 3. Estímulo ao turismo contribui para a conservação da identidade de uma comunidade?

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Na maioria dos respondentes, houve uma concordância sobre o turismo contribuir para a conservação da identidade. Esta foi uma pergunta genérica, não focada nos espaços analisados. Haja vista, é preciso entender que o estímulo ao turismo em qualquer região precisa ser feito com planejamento e uma boa gestão, para que não ocorra o efeito contrário. A comunidade precisa estar integrada neste fenômeno para não se sentir “marginalizada” ou alheia.

Com relação à afirmação de que os espaços são “esquecidos” quando tratam-se de manutenção, promoção e incentivos (gráfico 4), 66% ratificaram tal declaração, 20% consideraram que são “esquecidos” em parte, e somente uma pessoa negou tal afirmação. Por manutenção, entende-se o suporte estrutural dos espaços; por promoção, são consideradas as formas de divulgação; e os incentivos são as ações que estimulam o acesso a estes espaços, como exemplo, no caso do MVMC que oferece oficinas de artesanato.

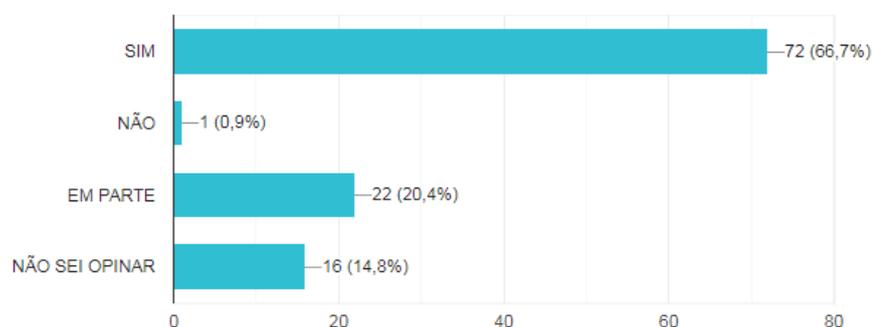


Gráfico 4. Espaços em estudo são considerados esquecidos (manutenção, promoção e incentivos)?

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

O gráfico 4 indica que apesar de os espaços citados demonstrarem importância identitária para os moradores do DF, há em mais da metade dos que responderam a sensação de que eles estão esquecidos, quando se fala em manutenção, promoção e incentivos. Com relação à manutenção, isto pôde ser constatado em visita, onde se percebeu certo descaso no Museu Vivo da Memória Candanga. Quando se fala em promoção, na própria entrevista com os gestores, percebeu-se que o Catetinho têm mais visibilidade na mídia e outros meios do que o MVMC e a Fazenda Velha (esta inclusive, desconhecida para muitos respondentes).

Para fechar o questionário, houve a chance de mencionar, por meio de uma questão aberta, outros patrimônios do DF considerados “esquecidos” e que poderiam ser melhor

valorizados. Dentre os mais citados, estão os parques ecológicos no geral, a Casa do Cantador (Ceilândia), o Centro Histórico de Planaltina, o Museu de Limpeza Urbana (Ceilândia), a Praça do Trabalhador (Ceilândia), o Museu de Arte de Brasília, a Pedra Fundamental de Brasília, o Teatro Nacional de Brasília, o Autódromo de Brasília, o Mercado Sul (Taguatinga), o Espaço Cultural Renato Russo, o Memorial dos Povos Indígenas, o Planetário e a Casa da Cultura de Taguatinga.

#### **4.2 Entrevista aos gestores**

A entrevista aplicada aos gestores dos espaços abordados teve como finalidade atender ao objetivo de entender as principais limitações e potencialidades e algumas informações sobre a gestão no que tange à manutenção, promoção e incentivos, além de questões relacionadas, neste caso, na visão de um gestor, sobre a relação de identidade e memória dos espaços com as comunidades.

A primeira pergunta refere-se às ações do modelo de gestão voltadas à manutenção, promoção e incentivos. A gerente do MVMV, Eliane Rodrigues, está no cargo desde março deste ano (2019) e segundo ela, o foco sua gestão tem relação com a questão de incentivos, de estímulo ao acesso da comunidade no museu. “A gente incentiva a educação patrimonial, a partir da associação com as administrações regionais de ensino para trazer as escolas, além disso, a gente tem as oficinas de artesanato. Está acontecendo a manutenção de um dos edifícios para uma exposição aprovada pelo FAC, a qual trará parte do acervo do Brasília Palace, com fotos do fotógrafo Joaquim Paiva. Algumas ações pontuais, desde que eu cheguei aqui, foram a criação de um estacionamento, pintura das vias, também foram retirados 5 caminhões de lixo, entre outras coisas”. Para ela, uma das missões do museu é identificar os problemas da sociedade e atuar em cima disso, tentando contribuir.

Já o gestor do Catetinho, que na verdade é o diretor de gestão dos espaços culturais da Subsecretaria do Patrimônio Cultural (SUPAC), Marcelo Gonczarowska, e que coordena diversos outros patrimônios do DF, como o MVMC, o Memorial dos Povos Indígenas e o Espaço Lúcio Costa. Consoante à primeira questão, ele afirmou que o modelo de gestão do espaço inclui ações voltadas à estes três aspectos em parte, porque eles são tratados em diferentes circunstâncias. A responsável pela manutenção (contrato de vigilância, de limpeza, de fornecimento de material, reparos pontuais etc) é a Subsecretaria de Administração Geral. A promoção é feita basicamente através do site, vinculado ao site da Secretaria de Cultura e

no caso da rede social (instagram), quem cuida é a gerente do Catetinho, por precisar de um pouco mais de agilidade. E com relação à incentivos, se for direcionado à envolver a comunidade, a própria gerente promove ações, existe parceria com a Administração Regional do Park Way e com o Museu Casa Velha, que fica ao lado do Catetinho.

Quando questionados sobre a fonte orçamentária dos espaços e como é feito o gerenciamento, ambos os entrevistados afirmaram que a fonte orçamentária vem do Tesouro do DF, Marcelo afirmou que mais de 90% da fatia é gasta com manutenção, salário de servidor, limpeza, segurança, o restante, que é destinado para investimento, é gerido pela SUPAC. Os gerentes dos espaços não têm acesso a esses recursos, ou seja, não são eles que decidem como o dinheiro destinado aos espaços vai ser gasto. Se eventualmente, os gerentes, identificam a necessidade de algum equipamento para o museu, eles fazem a solicitação para a SUPAC, a qual encaminha para a Subsecretaria de Administração Geral, e então fazem o processo licitatório para a aquisição, havendo recursos.

No tocante aos principais desafios para uma gestão eficiente, Eliane Rodrigues (MVMC), declara que um dos principais, é a limitação de atuação no espaço, pois, segundo ela, há muita dificuldade de fazer as coisas acontecerem, porque não depende meramente dela, além do que, a mão de obra é escassa, não há funcionários suficientes para atender todas as necessidades do museu. Já, segundo o diretor de gestão dos espaços culturais da SUPAC, o principal desafio está em encontrar gestores especializados, ou seja, que entenda de gestão e da especialidade do espaço ao mesmo tempo, e no caso do Catetinho, a gestora une esses dois atributos. Ele também concordou que a limitação de gestão dos gestores de cada espaço é um dificultador, pois os espaços culturais são equipamentos muito específicos e peculiares, então o ideal é que eles fossem o mais autônomo possível. Desta forma, seria interessante a deliberação das demandas vir de baixo para cima, pois são os funcionários de cada espaço que conhecem verdadeiramente as carências do lugar.

Outra questão vinculada a anterior, indagava como a comunidade poderia atuar na conservação dos espaços. A gestora do MVMC, disse ser imprescindível trazer mais pessoas, mais voluntários para dar apoio. Além disso, a participação da comunidade nas atividades promovidas pelo museu contribui na conservação, pois segundo ela o Museu Vivo da Memória Candanga só é vivo porque tem gente circulando, pois se o espaço cultural oferecesse unicamente a exposição permanente não teriam tantas pessoas se envolvendo, desta forma não haveria o cuidado que existe hoje com o espaço. Já o funcionário da SUPAC, avalia ser complexo o fato de a comunidade se apropriar dos espaços culturais pela razão de que no Brasil, não há essa cultura de apropriação. Isso acontece, porque é necessário criar

motivações para as pessoas estarem envolvidas, além disso, tem gestores que não se interessam em promover isso, pois ao mesmo tempo em que a comunidade contribui, ela também fiscaliza, então algumas pessoas não querem essa atenção. Mas é fundamental que a sociedade fiscalize, porque assim elas fazem cobranças. Então mesmo com as dificuldades, ambos os entrevistados consideram que a comunidade contribui sim para a conservação dos patrimônios, visto que quanto mais pessoas se envolvem e se importam, mais as coisas acontecem e mais atenção é dada para os espaços.

Com relação ao turismo, no MVMC, a gestora considera relevante promover ações voltadas a receber um número maior de turistas, porque para ela quanto mais visibilidade o museu alcança, mais os órgãos públicos entendem a importância de se investir no lugar de modo geral. Mas não se limita a isto, as pessoas, via de regra, precisam ter maior consciência quanto à história de Brasília e entender que não são somente os Patrimônios do Plano Piloto que contam essa história. Então é essencial que se mude a visão e se amplie o campo de conhecimento.

De acordo com o diretor de gestão dos espaços culturais, quando se pensa em Turismo, devem-se avaliar duas questões: se o patrimônio oferece um serviço de qualidade e se há uma boa comunicação. Segundo ele, tem dois projetos sendo desenvolvidos nesse sentido. No que diz respeito a serviço, a primeira coisa a ser feita é garantir que o museu seja bem sinalizado em termos de informação, porque até o ano passado as obras não eram etiquetadas, então as pessoas não sabiam o que estavam vendo. Em termos de comunicação, houve a publicação de folders contendo informações sobre o Catetinho e um mapa com todas as atrações do museu que passariam despercebidas pelas pessoas. Estes folders circulam, então é efetivo em termos de divulgação.

E ao contrário do que mencionou a gestora do MVMC, o funcionário da SUPAC afirmou que os espaços do Plano Piloto não recebem tratamento diferenciado em detrimento dos espaços das outras Regiões Administrativas, até porque legalmente há responsabilidade sobre todos. No entanto, por parte do público, há uma diferença considerável. Via de regra, o que está no Plano Piloto é muito mais visitado, muito mais solicitado, do que os que estão fora. Deste modo, “os espaços que estão no Plano piloto são mais procurados, mas em termos de gestão eles não recebem preferência”.

Para concluir, fora perguntado sobre a possibilidade de este espaço estar caindo no “esquecimento” e se o incentivo ao turismo naquela localidade contribui para a preservação da identidade e da memória da comunidade do DF. Para a Eliane Rodrigues, gestora do MVMC, a possibilidade existe, mas depende de quem está administrando o espaço querer

fazer a diferença, e dos espaços do DF, que não somente os do Plano Piloto, estarem em evidência. E o turismo, dá chance dos espaços terem sua cultura mantida, então consequentemente conserva-se a identidade da comunidade.

E de acordo com Marcelo Gonczarowska (SUPAC), “por pior que seja a gestão, dificilmente o espaço vai cair no esquecimento porque ele é um espaço muito emblemático para Brasília, inclusive, esse ano, pelo Catetinho estar em evidência na mídia e com a publicação do material de divulgação, e de consequentemente estar recebendo um público maior, eu diria que está ocorrendo o contrário, está havendo uma reapropriação da sociedade no museu, então essa informação, não procede”. E justamente pela razão deste espaço ser emblemático, ele vai ser constantemente valorizado por alguém. Portanto, só o fato do Catetinho ser representativo da história de Brasília, garantiu e garante a preservação da sua memória.

Em contato com a Maria Inês Ávila, responsável pela Fazenda Velha, nos foi comunicado que este espaço não atua mais com o Turismo, agora somente com aluguel do espaço para eventos. Fora enviada para seu e-mail uma entrevista a ser respondida, pois por motivo de falta de tempo relatado por ela, não houve possibilidade de marcar entrevista pessoalmente na Fazenda Velha. No entanto, não obtive resposta em tempo hábil para análise.

No entanto, há uma pesquisa realizada por Pamela de Castro da Silva na UnB, a qual aborda como tema: Turismo pedagógico como ferramenta na educação ambiental, determinante para análise de alguns fatores sobre a Fazenda Velha. Desta, pode-se extrair que tal espaço está inapto para as atividades de visitação e turismo devido à falta de apoio pelo Estado e pela diminuição de visita pelas escolas, o que causou uma desmotivação pela proprietária.

A pesquisa compreendeu uma entrevista com a proprietária no ano de 2015, e a partir dela pode-se notar que, a Fazenda Velha tinha alguns projetos e dentre eles, um era voltado ao turismo pedagógico voltado para estudantes do Ensino Fundamental, outro diferencial do espaço é que este era um referencial do turismo rural, segundo a proprietária. E conforme foi dito, quando a Maria Inês adquiriu posse da Fazenda Velha, muito foi feito para o resguardo deste potencial, promovendo assim a restauração para fomentar a visitação.

E no ano de 2016, de acordo com a proprietária, esperava-se que o espaço fosse reaberto para as atividades e para ela, mesmo que a Fazenda Velha esteja desativada, existe uma preocupação com a preservação do espaço. No entanto, como já citado anteriormente, as atividades na Fazenda Velha limitam-se apenas ao aluguel para eventos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os espaços abordados neste presente trabalho representam dentro da comunidade do Distrito Federal grande influência identitária por estarem relacionados diretamente com a construção de Brasília e revelam elementos que remontam a esta memória não muito distante. Infere-se que há um luta dos gestores em manter tal memória viva, apesar de determinados fatores que não contribuem para a preservação desta memória, como a pouca visibilidade tanto dos moradores locais quanto de turistas que visitam a capital federal.

Fora constatado que, por parte da gestão (diretor da SUPAC) - e apesar de haver discrepância entre as respostas dadas pelos entrevistados -, existe um cuidado equivalente entre todos os espaços que estão na sua alçada, como é o caso do Catetinho e do Museu Vivo da Memória Candanga), mas que o público tem uma predileção pelos espaços que estão localizados no Centro de Brasília. Este fato é visto, inclusive entre os próprios residentes do DF, quando constatamos que muitos deles desconhecem os espaços significativos de seus locais de vivência e assim não os reconhecem como lugares de pertencimento.

Apesar disso, provando que o DF tem uma variedade cultural de espaços e manifestações, é unânime, tanto entre os respondentes do questionário quanto dos gestores entrevistados, que tais patrimônios merecem ter seu potencial reconhecido e preservado, além disso, precisam ser postos em evidência, e que na realidade esta é uma demanda urgente.

No questionário, na parte onde as pessoas puderam colocar outros nomes de espaços de memória esquecidos, pôde-se notar quantos poderiam receber uma atenção especial dos órgãos públicos, mas com a promoção e incentivos centralizados em Brasília, as manifestações culturais das outras RAs ficam em desvantagem. Um exemplo deste descaso do governo com os espaços de memória e identidade é a Fazenda Velha, que por falta de estímulo fechou as portas para visitação, um espaço com uma história a ser repassada, uma memória a ser compartilhada, se tornou inapto a receber visitas e a manter este espaço de memória ativo.

Em visita ao Catetinho e ao Museu da Memória Viva pode-se notar uma discrepância entre os dois espaços no quesito manutenção. É notório que no Catetinho não há espaços degradados, a madeira da exposição principal está intacta, a trilha que dá para a fonte está em perfeitas condições. Enquanto no Museu Vivo, em algumas estruturas está em ruim estado, com madeiras danificadas, espaços fechados, paredes de prédio pichadas etc. Isto mostra que o primeiro, neste contexto, não é um patrimônio esquecido.

Outra notoriedade está relacionada ao número de visitação, em que o Catetinho recebe um número muito maior do que o Museu Vivo e a Fazenda Velha, este último se deve à praticamente total falta de conhecimento dos moradores do DF sobre sua existência e ao fato deste não estar mais recebendo visitas e por isso não está na mídia com esta proposta. O Catetinho é o principal em questão de divulgação e espaço na mídia, portanto, dos três espaços de memória abordados nesta pesquisa, é o mais “popular”, é o que a maioria dos que responderam ao questionário já visitou pelo menos uma vez.

Este é outro fator que demonstra a importância promovida ao Catetinho em detrimento dos outros dois espaços abordados, ou seja, mais de 90% dos que responderam ao questionário nunca visitaram a Fazenda Velha, por exemplo, e analisando as estatísticas de visitação, o MVMC recebe aproximadamente menos da metade de visitas do que o Catetinho, e dentre essas pessoas que vão ao espaço, uma maioria quase absoluta é morador do DF.

Portanto, infere-se desta pesquisa que os espaços de memória do Distrito Federal, localizados distantes do Plano Piloto não possuem a mesma visibilidade que os do centro de Brasília, por muitas vezes, os próprios moradores do DF os desconhecem, ou se os conhecem, nunca visitaram. O número de visitação, então, interfere na atenção dada pelo Governo para manutenção, promoção e incentivo dados aos espaços, e isto se torna visível durante a visitação nestes e em outros espaços. Outro problema identificado é a pouca autonomia dada aos gerentes dos patrimônios, que acabam tendo sua atuação limitada e pouco podem fazer para promover e agir em benefício do espaço.

Tendo em vista que estes espaços possuem significância memorial e identitária e outros potenciais a serem reconhecidos, o Turismo Cidadão, por exemplo, é uma solução que pode ser estudada para que estes espaços mantenham sua história viva dentro da comunidade a que eles fazem parte, dando sentido de pertença e a envolvendo dentro das manifestações culturais da cidade, para que elas compreendam seu papel na preservação e no reconhecimento.

Partindo do princípio em que se pode ser turista sem sair dos limites da cidade, basta buscar vivências e experiências que fogem do que se está habituado apropriando-se, então, dos espaços de cultura do lugar onde se mora. Diante dessa discussão, “as pessoas, moradoras ou usuárias das cidades, não são fixos, mas fluxos a percorrer estes espaços. Coloca os moradores das cidades em movimento para além de suas práticas rotineiras, pode transformá-lo no cidadão turista, que irá, com o deslocamento, apropriar-se com maior competência dos espaços e situações” (Gastal, 2006, p. 9).

Desta maneira, a melhor maneira de integrar a comunidade aos espaços da cidade é estimulando o turismo cidadão e a consagração das diferenças existentes no território do DF, isso contribui, inclusive, para que se quebre o paradigma construído em cima do imaginário fomentado desde o período que antecede a construção de Brasília, em que esta se define somente ao centro da capital limitada ao Plano Piloto.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Estephany da Silva e SOUZA, Rafael Rodrigues. *Imagens e imaginários sobre Brasília turística: da capital nacional ao patrimônio-territorial*. Cenário, v. 4 n. 6. 2016.
- ALVES, Kerley Santos. Notas sobre a relação espaço-identidade no turismo. *Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder*. 1ed. São Paulo.: Outras Expressões, 2012.
- ALVARENGA, Estelbina Miranda de. Metodologia da investigação quantitativa e qualitativa: Normas técnicas de apresentação de trabalhos científicos. Assunção, Paraguai. 2º edição. 2014.
- ANDRADE, Luciana Teixeira de. *Cultura, cidade e cidadania*. 2009.
- ANSAY, Pierre e SCHOONBRODT, René. *Penser la ville: choix des textes philosophiques*. Bruxelles: Aux Archives d'Architecture Moderne.1989.
- BATISTA, Cláudio Magalhães. *Memória e identidade: aspectos relevantes para o desenvolvimento do turismo cultural*. Caderno Virtual de Turismo, vol5 n3. 2005.
- BENI, Mario Carlos e MOESCH, Marutschka Martini. Do discurso da ciência do Turismo para a ciência do Turismo. *Revista Turismo e Desenvolvimento*, n. 25. 2016.
- BETTIO, Valéria Maria da Silva. Movimento Brasileiro: crítica e nacionalismo no Modernismo. Porto Alegre - PUCRS. 2000.
- BALLART, Josep. *El patrimonio histórico y arqueológico: valor y uso*. Barcelona. Ed. Ariel. 1997.
- Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados ([bd.camara.gov.br/bd/](http://bd.camara.gov.br/bd/)).
- CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. Turismo e ordenação no espaço urbano. In: CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. *Turismo urbano*. SP: Contexto. 2000.
- CASTELLS, Manuel. O Poder da Identidade. Vol. 2. Edição 9. 2018.
- CANDAU, Joel. *Memória e Identidade*. 2018.
- Constituição Federal do Brasil de 1988.
- DI MÉO, Guy. *Patrimoine et territoire: une parenté conceptuelle*". IN: *Espaces et sociétés, Paris*. 1995.
- GASTAL, Susana. Turista Cidadão: uma contribuição ao estudo da cidadania no Brasil. RS. 2006.
- GASTAL, Susana. O produto cidade: caminhos de cultura, caminhos de turismo. IN: CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. *Turismo urbano: cidades, sites de excitação turística*. Porto Alegre. 1999.

- GARRIGÓS, Rosa Campillo. *La gestión y el gestor del patrimonio cultural*. 1998.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônio*. Porto Alegre. 2005.
- GONÇALVES, Thiago da Silva. *A importância da Ceilândia para o turismo cultural*. UnB - DF. 2018.
- IANINI, Octávio. *Uma cidade antiga*. Campinas. Ed. Unicamp. 1988.
- IGNARRA, Luiz Renato. *Fundamentos do Turismo*. 2 edição. Ed. Pioneira. 2003.
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. RJ. 2000.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. SP - Documentos. 1969.
- MARTINS, Clerton. *Turismo, cultural e identidade*. Ed. ROCA. 2003.
- MESQUITA, Évellin Lima. *Ceilândia: Patrimônio territorial e turismo*. UnB - DF. 2016.
- Ministério do Turismo. *Marcos conceituais*. 2006.
- MOESCH, Marutschka Martini. *A produção do saber turístico*. Ed. Contexto. 2000.
- \_\_\_\_\_. *Para além das disciplinas: o desafio do próximo século*. In: GASTAL, Susana de Araújo. *Turismo, investigação e crítica*. SP. Ed. Contexto. 2002.
- NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a Problemática dos Lugares*. V10. SP. 1993.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso, imaginário social e conhecimento*. 1994.
- PENA, Luiz Carlos Spiller e MOESCH, Marutschka Martini. A transposição do conhecimento no desenvolvimento sustentável no turismo e o papel dos observatórios de turismo. *Revista Hospitalidade*, v. 13 n. 2. 2016.
- Portal IPHAN ([portal.iphan.gov.br](http://portal.iphan.gov.br)).
- PRODANOV, Cleber Cristiano e FREITAS, Ernani Cesar de. *Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico*. 2013.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. Companhia das Letras – SP. 1995.
- ROCHA, Dora. *Memória e identidade social: Michael Pollak*. *Revista Estudos Históricos*. Vol. 5, n. 10. 1992.
- SANTOS, Reinaldo Soares dos. *O Encanto da Lagoa: O imaginário histórico-cultural como elemento propulsor para o turismo cultural na lagoa encantada*. Universidade Estadual de Santa Cruz. 2004.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Modernidade, identidade e a cultura de fronteira*. *Revista social*. SP/USP. 1994.
- SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova*. SP – EDUSP. 1978.
- \_\_\_\_\_. Milton. *O espaço do cidadão*. SP – EDUSP. 1988.

- \_\_\_\_\_. Milton e SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. RJ – Record. 2003.
- SILVA, Sueli Santos e SAQUET, Marcos Aurelio. MILTON SANTOS: *concepções de geografia, espaço e território*. 2008.
- SILVA, Elsa Peralta da. *Patrimônio e identidade: os desafios do turismo cultural*. 2000.
- SILVA, Pâmela de Castro da. Turismo pedagógico como ferramenta na educação ambiental. DF, UnB. 2015.
- SOUZA, Rita de Cássia Martins de e PEDROSA, António Sousa de. De Uberaba a Brasília: comunidades vulneráveis e “territórios em reconversão” no roteiro da missão Cruls. Coimbra, 2016.
- ULHÔA, Inês e DIAS, Karina. *Turismo, cultura e patrimônio: sobre os usos os espaços da cidade*. CENÁRIO, v. 1, n. 1. 2013.
- WAINBERG, Jacques. Cidades como sites de excitação turística. IN: CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. *Turismo urbano*. SP – Contexto. 2001.

## APÊNDICE

### ENTREVISTA AOS GESTORES

Esta entrevista tem por finalidade a coleta de informações para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

Entrevistador (a):

Curso:

Instituição de ensino:

Entrevistado (a):

Cargo que ocupa:

Em qual atrativo trabalha:

1. O modelo de gestão do espaço inclui ações voltadas para a manutenção, promoção e incentivos? Cite algumas ações para cada um desses nichos.
2. Qual a fonte orçamentária e como é feito o gerenciamento dos recursos financeiros destinados a este espaço?
3. Quais os desafios para uma gestão eficiente e como a comunidade pode contribuir para a preservação do espaço?
4. Há algum projeto que vise aumentar o fluxo de turistas no espaço? Como é feita a divulgação deste (site, mídia digital, propaganda)? Existe algum caderno de registro de visitantes?
5. Qual sua opinião sobre a possibilidade deste espaço estar caindo no esquecimento? Você acha que o fomento ao turismo naquela localidade contribui para a conservação da identidade e da memória?

## QUESTIONÁRIO À COMUNIDADE

Seção 1 de 5

### Questionário: Espaços de Memória Esquecidos do DF



Este questionário tem por finalidade a coleta de dados que serão utilizados em Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Endereço de e-mail \*

Endereço de e-mail válido

Este formulário coleta endereços de e-mail. [Alterar configurações](#)

1) SEXO \*

HOMEM

MULHER

PREFIRO NÃO DECLARAR

2) IDADE \*

18 A 28

29 A 40

41 A 59

ACIMA DE 60

3) EM QUAL REGIÃO ADMINISTRATIVA VOCÊ RESIDE ? \*

Texto de resposta curta

## Questionário: Espaços de Memória Esquecidos do DF



Descrição (opcional)

4) QUAL DESTES ESPAÇOS DE MEMÓRIA VOCÊ JÁ \*

- MUSEU VIVO DA MEMÓRIA CANDANGA - NÚCLEO BANDEIRANTE
- MUSEU DO CATETINHO - GAMA
- FAZENDA VELHA - SOBRADINHO
- NENHUM

## Questionário: Espaços de Memória Esquecidos do DF



Descrição (opcional)

5) QUANTAS VEZES VISITOU ESSE(S) ESPAÇO(S)?

- APENAS 1 VEZ
- 2 VEZES OU MAIS
- NUNCA VISITEI

6) COMO FICOU SABENDO A RESPEITO DESSE(S) ESPAÇO(S) ?

- TELEVISÃO/RÁDIO
- INTERNET/MÍDIAS SOCIAIS
- PASSANDO EM FRENTE AO ESPAÇO
- PANFLETOS/CARTAZES/OUTDOORS
- RECOMENDAÇÃO DE OUTRA PESSOA
- ESCOLA/UNIVERSIDADE
- NÃO SE APLICA
- Outros...

7) COM RELAÇÃO À ESTRUTURA DO ESPAÇO (SINALIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, LIMPEZA, SEGURANÇA, INFORMAÇÕES DISPONÍVEIS E ACESSO), FICOU:

- MUITO SATISFEITO
- SATISFEITO
- POUCO SATISFEITO
- TOTALMENTE INSATISFEITO
- NÃO SE APLICA
- Outros...

## Questionário: Espaços de Memória Esquecidos do DF



Descrição (opcional)

8) CONSIDERA QUE ESTES ESPAÇOS EXERCEM ALGUMA RELEVÂNCIA NA MEMÓRIA E IDENTIDADE DA COMUNIDADE ONDE ELES ESTÃO INSERIDOS ? \*

- SIM
- NÃO
- EM PARTE
- NÃO SEI OPINAR

9) PARA VOCÊ, O ESTÍMULO AO TURISMO CONTRIBUI PARA A CONSERVAÇÃO DA IDENTIDADE DE UMA COMUNIDADE ? \*

- SIM
- NÃO
- EM PARTE
- NÃO SEI OPINAR

## QUESTIONÁRIO SOBRE OS ESPAÇOS DE MEMÓRIA ESQUECIDOS DO DF



Descrição (opcional)

10) NA SUA OPINIÃO, OS ESPAÇOS CITADOS SÃO CONSIDERADOS "ESQUECIDOS" - NO QUE TANGE À MANUTENÇÃO, PROMOÇÃO E INCENTIVOS ? \*

- SIM
- NÃO
- EM PARTE
- NÃO SEI OPINAR

11) QUAIS OUTROS VOCÊ ACREDITA QUE PODERIAM SER MELHOR VALORIZADOS NO DF?

Texto de resposta longa

---